



# BOLETIM OFICIAL

## CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto-Legislativo n.º 1/2025

Estabelece o regime jurídico do contrato de arrendamento resolúvel, também designado renda resolúvel, sobre prédios urbanos, incluindo frações autónomas, destinados à habitação própria e permanente do arrendatário resolúvel e do seu agregado familiar 2

### Decreto-Lei n.º 37/2025

Estabelece as condições de acesso a garantias pessoais do Estado, para a viabilização da concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos trinta e cinco anos de idade. 15

### Decreto-Lei n.º 38/2025

Institui o suplemento complementar dos Praças em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório. 18

### Decreto-Lei n.º 39/2025

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, que estabelece o regime das sociedades de advogados. 22

### Decreto-Regulamentar n.º 5/2025

Procede à quarta alteração ao Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, que aprova a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas. 57

### Resolução n.º 131/2025

Determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago, sob a coordenação do Ministério da Coesão Territorial, de acordo com a Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto. 70

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Portaria n.º 41/2025

Aprova e Institui a Criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo. 75

## CONSELHO DE MINISTROS

### **Decreto-Legislativo n.º 1/2025 de 28 de novembro**

**Sumário:** Estabelece o regime jurídico do contrato de arrendamento resolúvel, também designado renda resolúvel, sobre prédios urbanos, incluindo frações autónomas, destinados à habitação própria e permanente do arrendatário resolúvel e do seu agregado familiar.

No âmbito da política de fomento habitacional, particularmente junto dos jovens e da população de baixo rendimento, e também com o propósito de ampliar e diversificar os meios de financiamento de aquisição de habitação, é aprovado o regime jurídico do contrato de arrendamento resolúvel, também designado renda resolúvel, aplicável a prédios urbanos, incluindo frações autónomas, construídos pelo Estado ou por outra entidade, pública, para habitação própria e permanente do arrendatário resolúvel e do seu agregado familiar.

Pelo contrato de arrendamento resolúvel, o locador resolúvel, mediante retribuição, cede ao arrendatário resolúvel o gozo temporário de um prédio urbano para habitação permanente, cuja propriedade é adquirida por este último, automaticamente, com o pagamento integral de todas as rendas contratualmente estipuladas.

Por razões de segurança jurídica, e na medida em que o fim último do contrato é a transmissão do direito de propriedade, sujeita-se a renda resolúvel às formalidades legalmente exigíveis a qualquer contrato de alienação ou oneração de bens imóveis.

Tendo ainda como finalidade a democratização do acesso à habitação própria e a correção das desigualdades, verificadas neste setor, o presente regime procura fixar os fatores de definição do valor das rendas, nomeadamente o período de vigência do contrato, a recuperação do capital investido pelo locador e a sua eventual remuneração, valor esse que se pretende, em regra, inalterável ao longo da execução do contrato.

Embora só adquira a propriedade no final do período de vigência do contrato, atribui-se ao arrendatário resolúvel um conjunto de faculdades e prerrogativas de proprietário, inclusive as de exercer, contra o empreiteiro, quando disso seja caso, todos os direitos relativos ao imóvel resultantes do contrato de empreitada ao abrigo do qual foi construído.

É esta transmissão de prerrogativas de proprietário que justifica também a assunção, pelo arrendatário resolúvel, das responsabilidades correspondentes, designadamente a realização de obras de conservação e manutenção do imóvel, a obrigação de suportar as despesas de condomínio, em caso de arrendamento resolúvel de fração autónoma, bem como dos encargos fiscais que incidem sobre o imóvel.

Prevê-se, por outro lado, a possibilidade de transmissão *mortis causa* e entre vivos da posição do arrendatário resolúvel, nos mesmos termos previstos no regime de arrendamento urbano para

habitação, salvaguardando-se, entretanto, as situações em que o cessionário tiver habitação própria, for beneficiário do regime de renda resolúvel, ou, ainda, os casos em que o locador se opõe à transmissão pelo facto de o cessionário não oferecer garantias bastantes à execução do contrato.

Igualmente, tendo em vista a proteção dos investimentos realizados pelo arrendatário resolúvel na celebração da renda resolúvel e, por uma questão de justiça, nos casos em que não seja possível a transmissão *mortis causa* da posição contratual do arrendatário resolúvel, reconhece-se aos herdeiros o direito de adquirir imediatamente a propriedade do imóvel pelo valor das rendas contratuais ainda por liquidar.

A tutela do direito à habitação, enquanto direito fundamental do arrendatário, impõe a tipificação das causas de resolução do contrato por parte do locador resolúvel, fixando-se o número mínimo de seis rendas em falta ou a não utilização do bem para habitação própria e permanente como fundamentos de cessação unilateral do contrato.

Atento ao interesse público subjacente, cuja defesa pode requerer uma intervenção rápida e adoção de medidas urgentes, atribui-se ao locador resolúvel, quando este for o Estado ou outra pessoa coletiva do direito público, alguns poderes de autoridade, como o poder de adotar medidas cautelares que se reputam necessárias para proteger o imóvel, nomeadamente o poder de proceder à realização coerciva de obras urgentes de conservação face à inércia reiterada do locatário.

Outrossim, quando o locador for Estado ou outra entidade pública, consagra-se mecanismos céleres de recuperação das rendas em atraso e de resolução do contrato, em caso de incumprimento reiterado e grave do arrendatário resolúvel, permitindo-se, assim, acelerar o processo judicial de despejo e a recuperação da posse do imóvel por parte do locador resolúvel e disponibilizá-lo, em tempo útil, a outro interessado e beneficiário do programa de fomento de habitação.

Assim, atribui-se, por um lado, valor de título executivo à certidão de dívida emitida pelo locador, para efeitos de cobrança judicial, e admite-se, por outro, a possibilidade de este último declarar formal e extrajudicialmente a resolução do contrato, declaração essa que serve de título executivo no âmbito da execução judicial do despejo.

Paralelamente, prevê-se uma providência cautelar específica para o locador resolúvel recuperar a posse do imóvel em situações em que a sua manutenção pelo locatário põe gravemente em perigo a integridade do bem ou a segurança de pessoas.

Não obstante ser desenhado especialmente como mecanismo de fomento habitacional âmbito de política de fomento habitacional, o regime de renda resolúvel é extensivo, com as necessárias adaptações, às relações entre privados, independentemente da capacidade financeira do

arrendatário resolúvel.

Assim,

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 60/X/2025, de 5 de agosto; e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1º

#### **Objeto**

O presente diploma estabelece o regime jurídico do contrato de arrendamento resolúvel, também designado renda resolúvel, sobre prédios urbanos, incluindo frações autónomas, destinados à habitação própria e permanente do arrendatário resolúvel e do seu agregado familiar.

### Artigo 2º

#### **Âmbito**

1 - O regime previsto no presente diploma é aplicável aos imóveis construídos ou adquiridos pelo Estado, municípios, institutos públicos ou empresas públicas para habitação social ou no âmbito de políticas públicas de fomento habitacional, nomeadamente junto dos jovens e da população de baixo rendimento.

2 - Os critérios de elegibilidade para o acesso à habitação em regime de renda resolúvel, nos termos referidos no número anterior, são definidos mediante Portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Habitação, Família e Inclusão social e Finanças.

### Artigo 3º

#### **Noção**

O arrendamento resolúvel é o contrato pelo qual uma das partes, o locador resolúvel, mediante retribuição, cede ao arrendatário resolúvel o gozo temporário de um prédio urbano para habitação própria e permanente, cuja propriedade é adquirida por este último, decorrido o período contratual acordado e desde que liquidada todas as rendas estipuladas.

### Artigo 4º

#### **Forma e publicidade**

O arrendamento resolúvel deve ser celebrado por escritura pública e está sujeito a registo.

## Artigo 5º

### **Prazo**

- 1 - O contrato de arrendamento resolúvel não pode ter duração superior a trinta anos, considerando-se reduzido a este limite quando superior.
- 2 - Não havendo estipulação de prazo, o contrato de arrendamento resolúvel considera-se celebrado pelo prazo máximo referido no número anterior.

## Artigo 6º

### **Rendas**

- 1 - Como contrapartida pelo gozo do bem e futura aquisição da propriedade, o arrendatário resolúvel fica obrigado a pagar uma renda mensal, cujo valor deve estar expressamente fixado no contrato.
- 2 - A renda deve permitir, dentro do período de vigência do contrato, a recuperação do capital correspondente ao valor do bem objeto do arrendamento resolúvel e cobrir todos os encargos e a eventual margem de lucro do locador resolúvel.
- 3 - Salvo convenção em contrário, o valor da renda só pode ser atualizado para efeitos de amortização de obras realizadas ou financiadas pelo locador resolúvel ou de encargos ou despesas da responsabilidade do arrendatário que o locador tenha suportado.
- 4 - Nos casos em que as partes acordem a atualização das rendas, o contrato deve estipular expressamente as condições e a forma de atualização, sob pena de nulidade da cláusula.
- 5 - A intenção de atualizar as rendas, bem como o novo valor e os elementos relevantes utilizados no seu cálculo devem ser comunicados pelo locador ao arrendatário resolúvel, por escrito, com uma antecedência mínima de sessenta dias.
- 6 - A nova renda considera-se aceite se o arrendatário resolúvel não discordar da mesma nos termos e prazo previstos no número anterior.
- 7 - O arrendatário resolúvel pode proceder à liquidação antecipada de parte ou da totalidade das rendas vincendas, sem sofrer qualquer penalização, devendo notificar o locador resolúvel com antecedência de pelo menos quinze dias.

## Artigo 7º

### **Mora no pagamento das rendas**

- 1 - A falta de pagamento das rendas pelo arrendatário resolúvel no prazo contratualmente fixado dá lugar ao pagamento de juros de mora, à taxa supletiva legal em vigor.
- 2 - Em caso de mora no pagamento da renda superior a noventa dias, o locador resolúvel pode emitir uma certidão de dívida, cuja cópia deve ser entregue ao arrendatário resolúvel, e que, juntamente com o contrato de arrendamento resolúvel, constitui título executivo para efeito de cobrança judicial do valor em dívida.
- 3 - A falta de pagamento de pelo menos seis rendas determina o direito de o locador resolúvel resolver o contrato nos termos previstos nos artigos 17º e 18º.

## Artigo 8º

### **Seguros e garantias**

1. O arrendatário resolúvel obriga-se a constituir e a manter atualizado um seguro contra risco de incêndio no imóvel, a favor do locador resolúvel, pelo valor que este fixar.
2. Pode, ainda, ser contratualmente exigida a realização de seguro por morte ou invalidez permanente e absoluta do arrendatário resolúvel a favor do locador resolúvel, para cobrir o pagamento imediato e por uma só vez das rendas em dívida e das rendas vincendas à data da comunicação da ocorrência.
3. O locador resolúvel pode, a todo o tempo, solicitar ao arrendatário resolúvel a apresentação de documentos comprovativos do cumprimento do disposto nos números anteriores.
4. Podem ser constituídas a favor do locador resolúvel quaisquer garantias, pessoais ou reais, relativas aos créditos de rendas e dos outros encargos ou eventuais indemnizações devidas pelo arrendatário resolúvel.

## Artigo 9º

### **Posição do locador resolúvel**

- 1 - São, nomeadamente, obrigações do locador resolúvel:
  - a) Conceder o gozo do imóvel para os fins a que se destina;
  - b) Emitir a declaração prevista no n.º 2 do artigo 20º, findo o contrato e liquidada a totalidade das rendas contratuais.

2 - Para além dos direitos e deveres gerais previstos no regime da locação que não se mostrem incompatíveis com o presente diploma, assistem ao locador resolúvel, em especial, os seguintes direitos:

- a) Defender a integridade do imóvel, nos termos gerais de direito;
- b) Examinar o bem, sem prejuízo do uso normal do bem pelo arrendatário resolúvel;
- c) Fazer suas, sem compensações, as benfeitorias efetuadas no imóvel e não passíveis de levantamento.

### Artigo 10º

#### **Posição do arrendatário resolúvel**

1 - São, nomeadamente, obrigações do arrendatário resolúvel:

- a) Pagar pontualmente as rendas;
- b) Pagar, em caso de renda resolúvel de fração autónoma, as despesas correntes necessárias à conservação e fruição das partes comuns de edifício e aos serviços de interesse comum;
- c) Facultar ao locador resolúvel o exame do imóvel;
- d) Não aplicar o bem a fim diverso daquele a que ele se destina, salvo autorização do locador resolúvel;
- e) Assegurar a limpeza e a conservação do imóvel e não fazer dele uma utilização imprudente;
- f) Não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do imóvel por meio da cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, sublocação ou comodato, exceto se a lei o permitir ou o locador resolúvel o autorizar;
- g) Solicitar ao locador resolúvel autorização para realização de obras no imóvel;
- h) Avisar imediatamente o locador resolúvel, sempre que tenha conhecimento de vícios no bem ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ele, desde que o facto seja ignorado pelo locador resolúvel;
- i) Cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas ao uso de imóveis e exercícios de direitos sobre os mesmos, incluindo as partes comuns em caso de edifícios constituídos em propriedade horizontal;

j) Restituir o imóvel, findo o prazo de arrendamento resolúvel, em bom estado, salvo as deteriorações inerentes a uma utilização normal, quando não ocorra a sua aquisição.

2 - Para além dos direitos e deveres gerais previstos no regime de locação que não se mostrem incompatíveis com o presente diploma, assistem ao arrendatário resolúvel, em especial, os seguintes direitos:

- a) Usar e fruir do imóvel objeto da renda resolúvel;
- b) Defender a integridade do imóvel e o seu gozo, nos termos do seu direito;
- c) Usar das ações possessórias, mesmo contra o locador resolúvel;
- d) Onerar, total ou parcialmente, o seu direito, mediante autorização expressa do locador resolúvel;
- e) Exercer, em caso de arrendamento resolúvel de fração autónoma, os direitos próprios do proprietário, com exceção dos que, pela sua natureza, somente por aquele possam ser exercidos;
- f) Adquirir a propriedade do imóvel, findo o contrato e paga a totalidade das rendas estipuladas.

#### Artigo 11º

##### **Vícios do bem**

1 - O locador resolúvel responde pelos vícios do imóvel ou pela sua inadequação face ao fim a que se destina nos termos previstos para o vendedor de coisa defeituosa.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o arrendatário resolúvel pode exercer contra o empreiteiro, quando disso seja caso, todos os direitos relativos ao imóvel resultantes do contrato de empreitada ao abrigo do qual o imóvel foi construído.

#### Artigo 12º

##### **Risco**

Salvo estipulação em contrário, o risco de perda ou deterioração do imóvel objeto do arrendamento resolúvel corre por conta do arrendatário resolúvel.



## Artigo 13º

### **Despesas e encargos**

- 1 - As despesas correntes necessárias à fruição do bem, nomeadamente com o fornecimento de energia elétrica e água, bem como as despesas relativas à conservação e fruição de partes comuns de edifício e aos serviços de interesse comum, em caso de renda resolúvel de fração autónoma, são da responsabilidade exclusiva do arrendatário resolúvel.
- 2 - O sujeito passivo do imposto sobre o património imóvel referente ao bem em regime de arrendamento resolúvel é o arrendatário resolúvel.
- 3 - O imposto sobre transmissão de imóveis é exigível com o pagamento da totalidade das rendas estipuladas.

## Artigo 14º

### **Obras**

- 1 - A realização de obras de conservação, de reparação necessárias ou de quaisquer obras ordenadas pelas autoridades públicas constitui encargo do arrendatário resolúvel.
- 2 - A realização de obras de conservação ou de beneficiação, desde que não sejam impostas pelas autoridades públicas, requer a autorização prévia do locador resolúvel.
- 3 - Em caso de comprovada insuficiência económica do arrendatário resolúvel para a realização de obras de conservação, pode o locador resolúvel proceder ao respetivo financiamento.
- 4 - O locador resolúvel pode realizar coercivamente obras de conservação ou de reparação urgentes e necessárias, caso o arrendatário não as execute no prazo fixado pelo locador resolúvel para o efeito.
- 5 - A amortização das obras realizadas ou financiadas pelo locador resolúvel e que são da responsabilidade do arrendatário resolúvel é integrada nas rendas vincendas, procedendo-se à atualização destas.

## Artigo 15º

### **Transmissão da posição contratual**

- 1 - A posição do arrendatário resolúvel transmite-se nos mesmos termos previstos no regime de arrendamento urbano para habitação, salvo se o cessionário tiver habitação própria ou for beneficiário do regime de renda resolúvel.

2 - O locador resolúvel pode opor-se à transmissão da posição contratual, provando não oferecer o cessionário garantias bastantes à execução do contrato.

3 - Caso não seja possível a transmissão *mortis causa* da posição do arrendatário resolúvel, os seus herdeiros têm direito a adquirir a propriedade do imóvel pelo valor das rendas contratuais estipuladas ainda por liquidar.

4 - O contrato de renda resolúvel subsiste para todos os efeitos nas transmissões da posição contratual do locador, ocupando o adquirente a mesma posição jurídica do seu antecessor.

### Artigo 16º

#### **Resgate**

1 - O arrendatário resolúvel pode solicitar ao locador resolúvel o resgate do imóvel em regime de renda resolúvel quando pretenda mudar a sua residência com carácter definitivo.

2 - As partes devem acordar, no contrato de renda resolúvel ou em momento posterior, as condições do resgate, bem como as regras de definição do seu valor.

### Artigo 17º

#### **Resolução do contrato**

1 - Para efeitos do presente diploma, o arrendamento resolúvel resolve-se nos seguintes casos:

- a) Falta de pagamento de pelo menos seis rendas;
- b) Não amortização do valor total em dívida no prazo contratualmente fixado;
- c) Falta de pagamento do prémio de seguro de incêndio por período superior a seis meses, caso o arrendatário resolúvel não proceder à regularização da dívida no prazo fixado para exercício do direito do contraditório nos termos do n.º 2 do artigo 18º;
- d) Falta de pagamento do imposto sobre património imóvel por período superior a 2 anos, caso o arrendatário resolúvel não proceder à regularização da dívida no prazo fixado para exercício do direito do contraditório nos termos do n.º 2 do artigo 18º;
- e) Não utilização do bem para habitação própria e permanente;
- f) Incumprimento grave e reiterado das demais obrigações do arrendatário resolúvel.

2 - O disposto na alínea e) do número anterior não tem aplicação:

- a) Em caso de força maior ou de doença;

b) Se o arrendatário resolúvel se ausentar por tempo não superior a dois anos, em cumprimento de deveres militares, ou de exercício de outras funções públicas ou por conta de outrem e, bem assim, sem dependência de prazo se a ausência for determinada pela realização de uma formação superior ou profissional, ou resultar de comissão de serviço público, civil ou militar por tempo determinado; ou

c) Se permanecerem no imóvel o cônjuge ou parentes em linha reta do arrendatário resolúvel ou de outros familiares desde que, neste último caso, com ele convivessem há mais de um ano.

3 - Para o cancelamento do registo de renda resolúvel com fundamento na resolução do contrato é documento bastante a prova da comunicação da resolução à outra parte nos termos previstos no presente diploma.

4 - Em caso de resolução do contrato nos termos do n.º 1, o arrendatário resolúvel tem direito à devolução de 10% do valor das rendas pagas, caso o período de vigência efetiva do contrato seja superior a 1/3 do prazo contratual ou de 5% nos restantes casos, sem prejuízo do direito do locador resolúvel de deduzir os valores dos créditos de que é titular no âmbito do contrato de renda resolúvel

## Artigo 18º

### **Procedimento**

1 - O procedimento para resolução da renda resolúvel com fundamento nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior obedece ao seguinte procedimento:

a) O locador resolúvel comunica por escrito ao arrendatário resolúvel a sua intenção de resolver o contrato, com o respetivo fundamento, caso o valor das rendas e os juros de mora não sejam pagos no prazo de um mês;

b) Caso o arrendatário resolúvel não proceda ao pagamento dos valores referidos na alínea anterior, o locador resolúvel emite a respetiva certidão negativa, contendo a declaração de resolução, cuja cópia deve ser entregue ao arrendatário.

2 - Nos demais casos de resolução da renda resolúvel, o locador deve comunicar por escrito a sua intenção de resolver o contrato com o respetivo fundamento, concedendo ao arrendatário um prazo não inferior a trinta dias para exercer o seu direito de contraditório.

3 - Findo o prazo referido no número anterior, o locador resolúvel, mantendo a sua intenção, emite a certidão negativa, contendo a declaração de resolução, cuja cópia deve ser entregue ao arrendatário resolúvel.

4 - A certidão referida no número anterior, juntamente com o contrato de arrendamento resolúvel, constitui título executivo para efeito de despejo do respetivo imóvel e a sua devolução ao locador resolúvel.

5 - O despejo referido no número anterior segue, conforme o caso, a forma de execução ordinária para entrega de coisa certa.

### Artigo 19º

#### **Providência cautelar de entrega específica**

1 - Se, findo o contrato por resolução ou em caso de cessação do contrato sem a transmissão do direito de propriedade, o arrendatário resolúvel não proceder à restituição do bem ao locador resolúvel, pode este, após o pedido de cancelamento do registo da renda resolúvel, requerer ao tribunal providência cautelar consistente na sua entrega imediata ao requerente, desde que a manutenção do bem pelo arrendatário ponha gravemente em perigo a integridade do bem ou a segurança de pessoas.

2 - Com o requerimento, o locador resolúvel oferece prova sumária dos requisitos previstos no número anterior.

3 - O tribunal ouve o requerido sempre que a audiência não puser em risco sério o fim ou a eficácia da providência.

4 - O tribunal ordena a providência requerida se a prova produzida revelar a probabilidade séria da verificação dos requisitos referidos no n.º 1, podendo, no entanto, exigir que o locador resolúvel preste caução adequada.

5 - A caução pode consistir em depósito bancário à ordem do tribunal ou em qualquer outro meio legalmente admissível.

6 - Decretada a providência e independentemente da interposição de recurso pelo arrendatário resolúvel, o locador pode dispor do bem, nomeadamente vendendo-o ou dando-o de arrendamento resolúvel a terceiro.

7 - Decretada a providência cautelar, o tribunal ouve as partes e antecipa o juízo sobre a causa principal, exceto quando não tenham sido trazidos ao procedimento, nos termos do n.º 2, os elementos necessários à resolução definitiva do caso.

8 - São subsidiariamente aplicáveis a esta providência as disposições gerais sobre providências cautelares, previstas no Código de Processo Civil, em tudo o que não estiver especialmente regulado no presente diploma.

## Artigo 20º

**Transferência da propriedade**

- 1 - Com o pagamento da última renda, extingue-se o regime da renda resolúvel, adquirindo o arrendatário resolúvel o direito de propriedade sobre o imóvel objeto do contrato.
- 2 - A declaração do pagamento da totalidade das rendas contratuais emitida pelo locador resolúvel, juntamente com o contrato de renda resolúvel, serve de título bastante para o registo da aquisição do direito de propriedade junto das conservatórias de registo predial e alteração da titularidade do direito na matriz predial.
- 3 - Caso o locador resolúvel não proceda à emissão da declaração prevista no número anterior, o arrendatário resolúvel pode obter decisão judicial que substitua a referida declaração, aplicando-se, para o efeito, as regras de tramitação geral dos processos de jurisdição voluntária previstas no Código de Processo Civil.

## Artigo 21º

**Extensão do regime a contratos entre particulares**

- 1 - São extensivas aos contratos de renda resolúvel celebrados entre particulares as disposições do presente diploma, com exceção do disposto no n.º 2 do artigo 7º, no n.º 3 do artigo 13º, nos artigos 15º e 16º, na alínea e) do n.º 1 e nos n.ºs 2 a 4 do artigo 17º e no artigo 18º.
- 2 - Nos contratos previstos no número anterior, a transmissão entre vivos da posição do arrendatário resolúvel depende do consentimento do locador resolúvel e a transmissão por morte ocorre segundo as regras sucessórias.
- 3 - O direito de resolução do contrato de renda resolúvel celebrado entre particulares é exercido nos termos gerais do direito.

## Artigo 22º

**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 20 de outubro de 2025. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia, Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade, Joana Gomes Rosa Amado e Victor Manuel Lopes Coutinho.*

Promulgado em 26 de novembro de 2025.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES

## CONSELHO DE MINISTROS

### **Decreto-Lei n.º 37/2025 de 28 de novembro**

**Sumário:** Estabelece as condições de acesso a garantias pessoais do Estado, para a viabilização da concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos trinta e cinco anos de idade.

O programa do Governo para a presente legislatura define a promoção do acesso à habitação como uma das suas prioridades. Com o intuito de prosseguir este objetivo, o Governo tem implementado programas de habitação específicos dirigido aos jovens, tendo em conta as suas diferentes situações em termos socioeconómico, de rendimento e de condições de mercado de cada ilha, através de instrumentos que sejam adequados a estas diferentes realidades, como o acesso a habitação social mediante renda resolúvel, o apoio à autoconstrução assistida, a bonificação de taxas de juros para os créditos destinados à construção e aquisição de habitação própria permanente.

No entanto, tendo em conta os limites regulamentares a que as instituições financeiras estão sujeitas, bem como o nível de risco a acautelar, o crédito à habitação concedido pelas instituições financeiras respeita determinadas condições, nomeadamente, a definição de uma percentagem do preço de aquisição/construção de um imóvel para financiamento, que pode não atingir os 100%.

Nas situações em que as instituições financeiras não financiem a totalidade do preço de aquisição/construção de um imóvel, é necessário que o mutuário entre com capitais próprios para cobrir o remanescente deste custo. Entretanto, considerando a evolução do mercado imobiliário e o aumento dos preços das habitações, os jovens poderão ter alguma dificuldade em dispor dos recursos financeiros requeridos para fazer face a este investimento.

Neste contexto, e prosseguindo com as políticas do governo em matéria de habitação e de incentivo aos jovens, através do presente diploma, pretende-se estabelecer as regras e limites para concessão de garantias do Estado aos jovens, até os trinta e cinco anos, que pretendam adquirir habitação própria permanente, de forma a viabilizar o acesso ao crédito à habitação aos jovens que não tenham condições de entrar com capitais próprios para financiar parte da aquisição/construção de um imóvel.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1º

### Objeto

O presente diploma estabelece as condições em que o Estado pode prestar garantia pessoal a instituições financeiras habilitadas a efetuar operações de crédito para aquisição de habitação em Cabo Verde, com vista à viabilização da concessão de crédito à habitação própria e permanente.

## Artigo 2º

### Âmbito

A garantia pessoal do Estado, referida no artigo anterior, pode ser concedida a instituições financeiras habilitadas a efetuar operações de crédito para aquisição de habitação em Cabo Verde, quando se encontrem reunidas, cumulativamente, as seguintes condições no

processo de aquisição da primeira habitação própria e permanente:

- a) O(s) mutuário(s) do contrato tenha(m) entre dezoito e trinta e cinco anos de idade e domicílio fiscal em Cabo Verde;
- b) O(s) mutuário(s) do contrato do crédito à habitação própria e permanente usufrua(m) de rendimentos que não ultrapassem o limite máximo a regulamentar, nos termos do artigo seguinte;
- c) O(s) mutuário(s) do contrato do crédito à habitação própria e permanente não seja(m) proprietário(s) de prédio urbano habitacional ou de fração autónoma de prédio urbano habitacional;
- d) O(s) mutuário(s) do contrato do crédito à habitação própria e permanente nunca tenha(m) usufruído da garantia pessoal do Estado ao abrigo do presente diploma;
- e) O valor do crédito à habitação própria e permanente não pode ultrapassar o limite máximo a regulamentar, nos termos do artigo seguinte;
- f) A garantia pessoal do Estado não ultrapasse 15% do valor do crédito para aquisição ou construção do prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano; e
- g) A garantia pessoal do Estado se destine a viabilizar que a instituição de crédito financie a totalidade do preço de transação do prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano.



**Artigo 3º****Regulamentação**

Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Habitação regulamentar, mediante Portaria, o presente diploma, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data da sua entrada em vigor.

**Artigo 4º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, do dia 7 de novembro de 2025. Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva, Olavo Avelino Garcia Correia e Victor Manuel Lopes Coutinho*

Promulgado em 26 de novembro de 2025.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES.

## CONSELHO DE MINISTROS

### **Decreto-Lei n.º 38/2025 de 28 de novembro**

**Sumário:** Institui o suplemento complementar dos Praças em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório.

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

O Serviço Militar Obrigatório é uma obrigação legal, que se impõe aos cidadãos por um determinado período de tempo. A Lei do Serviço Militar Obrigatório, aprovada Decreto-Legislativo n.º 6/93, de 24 de maio, estabelece o período de catorze meses para esta prestação.

Enquadrado na política do Governo e em decorrência da reflexão sobre o Serviço Militar Obrigatório (SMO) já realizada, mostra-se necessário melhorar a situação financeira dos Praças que prestam o dito Serviço Militar.

Esta melhoria financeira justifica-se porque os jovens que prestam o SMO fazem-no como um sacrifício individual a favor do coletivo ao integrarem a componente militar de Defesa Nacional. Com efeito, quem cumpre o SMO está dedicando tempo e esforço para proteger a Nação, muitas vezes deixando de estudar, trabalhar ou de ter rendimento de trabalho durante esse período.

Contudo, de entre os convocados para o SMO, nem todos efetivamente comparecem. Nesse sentido, a criação de melhores condições neste segmento, designadamente pela via de instituição de um suplemento que melhora a situação financeira desses militares constitui acima de tudo uma medida política equilibrada, que promove maior justiça e adequação ao atual contexto social.

Sendo certo que o SMO é um dever cívico e uma obrigação moral e patriótica, a compensação estabelecida pelo Estado deve demonstrar a valorização do esforço do cidadão, tornando-a mais atrativa, no intuito de gerar mais engajamento dos jovens para a prestação do SMO.

Com efeito, as Praças em SMO atualmente recebem uma compensação financeira no valor de 1360\$00 (mil trezentos e sessenta escudos), 3400\$00 (três mil e quatrocentos escudos) e 5.960\$00 (cinco mil, novecentos e sessenta escudos), consoante sejam Recruta, Soldado/Marinheiro e 2º Cabo. Estes valores resultam manifestamente insuficientes diante do contexto atual do país.

A atual retribuição dos militares da classe de Praças em regime de prestação do SMO, composta essencialmente pelo vencimento base, não reflete de forma adequada o esforço e a dedicação que lhes é exigido no desempenho das suas atribuições, carecendo, por isso, de uma melhoria estrutural que promova a motivação, a estabilidade e reconhecimento.

Com efeito, o índice remuneratório aplicado às Praças em SMO deve, por ocasião da sua futura

alteração, ser ajustado para absorver o suplemento complementar que agora se institui, sem prejuízo de outros ajustamentos que se mostrarem necessários a fim de assegurar que as Praças em SMO recebam uma remuneração adequada com a conjuntura atual.

Assim sendo, é importante assegurar condições dignas de trabalho e de vida aos militares da classe de Praças, como forma de valorizar o seu contributo para o país;

De referir ainda que, no contexto internacional, vários foram os países que retomaram o SMO devido a fatores vários e nestes, este serviço é remunerado condignamente.

Cabo Verde, não tendo ainda a disponibilidade para ter umas Forças Armadas integralmente profissionalizadas, tem que manter, por imperativo constitucional, o SMO. Não obstante, reconhece-se a urgência e a necessidade de o reforçar e aprimorar continuamente para torná-lo mais eficaz, justo e atrativo para os cidadãos.

Pelo que urge a necessidade de instituir um suplemento específico aos militares da classe de Praças em regime de prestação do SMO, denominado por Suplemento Complementar, com o objetivo de colmatar a sua retribuição e reforçar a coesão coletiva no seio das Forças Armadas.

Assim,

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 57º do Estatuto dos Militares, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2020, de 31 de janeiro; e

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 203º da Constituição, o Governo submete à Assembleia Nacional a seguinte Proposta de Lei:

#### Artigo 1º

##### **Objeto**

A presente Lei institui o suplemento complementar dos Praças em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas de Cabo Verde, denominado por Suplemento Complementar.

#### Artigo 2º

##### **Natureza**

1 - O Suplemento Complementar é de natureza remuneratória e tem caráter permanente, enquanto se presta o Serviço Militar Obrigatório.

2 - O Suplemento Complementar integra a retribuição global dos militares Praças em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório.

### Artigo 3º

#### **Beneficiários**

1 - São beneficiários do Suplemento Complementar os militares em efetividade de funções nas Forças Armadas de Cabo Verde que detenham os postos de 2º Cabo, Soldado, Marinheiro e Recruta, em regime de prestação do Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas de Cabo Verde.

2 - São excluídos do benefício do Suplemento Complementar os militares referidos no número anterior afastados do serviço ativo por motivo suspensão disciplinar, judicial, ou outras situações que impliquem a interrupção do serviço ativo, conforme legislação aplicável.

### Artigo 4º

#### **Montante e forma de pagamento**

1 - Os montantes mensais do Suplemento Complementar constam do quadro em anexo à presente Lei, da qual faz parte integrante.

2 - O pagamento do Suplemento Complementar é efetuado mensalmente através dos meios habituais, juntamente com a compensação financeira.

### Artigo 5º

#### **Revisão**

O valor do Suplemento Complementar pode ser reavaliado anualmente, em articulação com o Orçamento do Estado, tendo em conta a evolução do custo de vida e a disponibilidade financeira do Estado.

### Artigo 6º

#### **Financiamento**

O Suplemento Complementar é suportado pelo Orçamento do Estado, inscrito na secção correspondente às Forças Armadas.

### Artigo 7º

#### **Entrada em vigor**

A presente Lei entra em vigor no dia a seguir da sua publicação e produz efeitos com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para o ano 2026.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 7 de outubro de 2025. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Janine Tatiana Santos Lélis*.

**ANEXO**

**(A que se refere o n.º 1 do artigo 4º)**

**MONTANTES DO SUPLEMENTO COMPLEMENTAR**

<b>POSTOS</b>	<b>VALORES DO SUPLEMENTO</b>
2º Cabo	13.050\$00
Soldado/Marinheiro	10.850\$00
Recrutas	8.140\$00

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 7 de outubro de 2025. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Janine Tatiana Santos Lélis*.

## CONSELHO DE MINISTROS

### **Decreto-Lei n.º 39/2025 de 28 de novembro**

**Sumário:** Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, que estabelece o regime das sociedades de advogados.

A Ordem dos Advogados de Cabo Verde submeteu ao Governo a proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, que estabelece o jurídico das sociedades de advogados, com o objetivo de, entre outras medidas, introduzir a possibilidade legal de constituição de sociedades unipessoais de advogados, permitindo que a profissão possa ser exercida em moldes societários por um único advogado com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV).

Por outro lado, a iniciativa legislativa insere-se num esforço mais amplo de modernização do enquadramento jurídico-profissional da advocacia, promovendo a adaptação do ordenamento jurídico nacional às novas realidades e exigências do exercício da profissão, com base em critérios de eficácia, segurança jurídica e valorização do papel do advogado como agente de desenvolvimento institucional e económico.

A consagração da figura da sociedade unipessoal de advogados responde à necessidade de oferecer maior flexibilidade na organização do exercício da profissão, nomeadamente para aqueles profissionais que, exercendo de forma autónoma e com elevado grau de especialização, pretendem beneficiar das vantagens associadas ao modelo societário, designadamente em termos de estruturação contabilística, responsabilidade limitada e racionalização da gestão dos seus serviços.

Trata-se, em simultâneo, de um mecanismo que incentiva a formalização da atividade jurídica individual, promovendo maior transparência, melhor cumprimento das obrigações fiscais e maior integração das práticas profissionais nos padrões regulamentares estabelecidos pela OACV.

De igual modo, esta alteração pretende-se dar um passo decisivo no sentido de reforçar o quadro jurídico das profissões jurídicas em Cabo Verde, garantindo que as opções societárias disponíveis aos advogados reflitam as melhores práticas internacionais e os princípios fundamentais de liberdade profissional e organização autónoma da profissão.

O diploma consagra expressamente a admissibilidade de:

- Constituição de sociedades de advogados compostas por um único advogado com inscrição em vigor na OACV;
- Transformação de sociedades previamente constituídas em sociedade unipessoal, mediante declaração do sócio único, mantendo-se a personalidade jurídica da entidade e

adaptando-se o contrato de sociedade às exigências legais decorrentes da unipessoalidade;

- Aplicabilidade das mesmas obrigações deontológicas, disciplinares e regulamentares às sociedades unipessoais, garantindo-se, deste modo, a sua plena inserção no regime da advocacia e a fiscalização pela OACV.

Importa sublinhar que esta alteração não afeta a natureza civil das sociedades de advogados, nem introduz qualquer regime de exceção quanto à titularidade, exercício ou responsabilidade dos atos profissionais, mantendo-se intactas as garantias que protegem o interesse público na prestação de serviços jurídicos, além de se fixar o valor do mínimo do seguro de responsabilidade civil obrigatório.

O diploma encontra-se em plena consonância com os princípios consagrados na Constituição da República de Cabo Verde quanto à liberdade de exercício de profissão (artigo 72º), bem como com o Estatuto da Ordem dos Advogados, enquanto associação pública representativa dos profissionais da advocacia.

A regulação das sociedades de advogados deve acompanhar a evolução da profissão, sem prejuízo da manutenção das garantias essenciais que asseguram a independência, responsabilidade e dignidade do exercício da advocacia.

As alterações ora aprovadas representam uma evolução natural e necessária do regime das sociedades de advogados, adaptando-o aos novos tempos, às novas formas de organização da advocacia e às exigências de um sistema de justiça cada vez mais dinâmico, acessível e orientado para a excelência.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204 da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1º

#### **Objeto**

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, que estabelece o regime das sociedades de advogados.

### Artigo 2º

#### **Alterações**

São alterados os artigos 2º, 6º, 7º, 8º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 16º, 18º, 22º, 29º, 30º, 32º, 41º e 44º do Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, que passam a ter a seguinte redação:

## “Artigo 2º

[...]

1 - Os advogados podem exercer a profissão constituindo ou ingressando em sociedades de advogados, como sócios ou associados, respetivamente.

2 - As sociedades de advogados são sociedades civis constituídas por dois ou mais advogados que acordam no exercício em comum da profissão de advogado, a fim de repartirem entre si os respetivos lucros, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 - É admissível a constituição de sociedades de advogados constituídas por um único advogado.

4 - A unipessoalidade numa sociedade de advogados pode igualmente resultar da concentração na titularidade de um único sócio da participação de uma sociedade, independentemente da causa da concentração, mediante declaração do sócio único na qual manifeste a sua vontade de transformar a sociedade em unipessoal, podendo essa declaração constar do próprio documento que titule a cessão de participações sociais.

5 - Nos casos previstos no número anterior, consideram-se sem efeito as cláusulas do contrato de sociedade que dependam da pluralidade de sócios, designadamente as relativas à entrada e saída de sócios, cessão de participações sociais ou regras de deliberação social.

## Artigo 6º

[...]

1 - Só os advogados com inscrição em vigor na OACV podem constituir-se sócios nas sociedades de advogados, devendo as suas participações ser obrigatoriamente nominativas.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

## Artigo 7º

[...]



1 - [...]

2 - Os direitos e deveres dos associados devem constar do contrato de sociedade ou ficar definidos em contrato de associação e subscrito entre a sociedade e os associados, no momento da sua integração na sociedade.

#### Artigo 8º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

a) O nome, o domicílio profissional e o número de inscrição de todos os sócios na OACV;

b) A firma;

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) O valor das participações sociais representativas do capital social, a sua natureza e os respectivos titulares ou titular;

h) [...]

i) [...]

j) O modo de repartição dos lucros, distinguindo-se a parte dos mesmos correspondente às participações de capital e a correspondente às participações de indústria;

k) [...]

l) [...]

3 - As participações sociais em espécie são avaliadas e indicadas no contrato de sociedade, nos termos previstos na lei para as sociedades comerciais.

## Artigo 10º

### Firma

1 - A firma da sociedade deve individualizar o nome ou apelido de todos os sócios, ou, pelo menos, de algum ou alguns deles, conter a expressão “Sociedade de Advogados» e, na parte final, a menção do regime de responsabilidade, com as iniciais RI para as sociedades de advogados de responsabilidade ilimitada e RL para as sociedades de advogados de responsabilidade limitada.

2 - Quando a sociedade não individualiza todos os sócios, a firma deve conter o nome ou apelido de um ou alguns dos sócios e a expressão “e Associados” ou “& Associados”.

3 - A firma da sociedade e a menção do regime de responsabilidade devem constar da correspondência e de todos os documentos da sociedade e dos escritos profissionais dos sócios e dos advogados associados ou estagiários.

4 - Sem prejuízo do previsto no número anterior, é permitido o uso de firmas abreviadas com recurso às iniciais dos nomes que compõem a firma da sociedade, bem como de logótipos, sujeitos a aprovação pelo Conselho Superior.

## Artigo 11º

[...]

1 - O contrato de sociedade é submetido ao registo junto do Conselho Superior da OACV, o qual exerce um controlo de mera legalidade.

2 - O Conselho Superior verifica se o contrato de sociedade está de harmonia com as normas deontológicas constantes do Estatuto da OACV, bem como com as regras previstas neste diploma e se a firma escolhida é ou não igual ou por tal forma semelhante a outra já registada que com ela possa confundir-se.

3 - [...]

4 - O pedido de registo é acompanhado do contrato de sociedade e da certidão de disponibilidade da firma emitida pelo Conselho Superior.

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - Ficam também sujeitas a registo junto da OACV, a comunicar no prazo de trinta dias, sendo

eficazes só após ele, a cessão, a amortização e a extinção de participações sociais, bem como a exoneração e a exclusão de sócios.

9 - Fica, ainda, sujeita a registo junto da OACV a identificação de todos os advogados associados e advogados estagiários que exerçam a sua atividade profissional na sociedade de advogados.

10 - [...]

Artigo 12º

[...]

1 - É proibido o registo, quer na OACV, quer nas conservatórias dos registos, e o funcionamento de sociedades comerciais ou civis, sob forma civil ou comercial, que tenham por objeto o exercício da advocacia ou a prática de atos próprios de advogados, nomeadamente a prestação de serviços jurídicos.

2 - [...]

- a) Com firmas de fantasia;
- b) Que exerçam atividades estranhas à advocacia e à prestação de serviços jurídicos;
- c) Que incluam sócio não inscrito como advogado ou inibido de advogar.

3 - É proibido o registo nas conservatórias dos registos de sociedades ou outras pessoas coletivas que incluam, no seu objeto social, a qualquer título, seja principal, acessório, complementar ou conexo, o exercício da advocacia ou a prática de próprios de advogados, nomeadamente a prestação de serviços jurídicos, ainda que sob as designações de consultoria, procuradoria ou semelhantes.

4 - As sociedades e outras pessoas coletivas que se encontrem na situação prevista no número anterior devem alterar os seus Estatutos no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da entrada em vigor do presente diploma, sob pena de as cláusulas violadoras dessa disposição serem consideradas nulas e como não escritas.

Artigo 13º

### **Nulidade do contrato de sociedade**

A declaração de nulidade do contrato de sociedade não prejudica a validade dos atos profissionais praticados pelos sócios, advogados estagiários e associados anteriores ao trânsito em julgado da decisão judicial.

## Artigo 14º

[...]

1 - Todos os sócios são obrigados a integrar com participações de indústria e, todos ou, ao menos algum deles, segundo o que for convencionado, também com participações de capital, exceto nas sociedades com único sócio em que a participação deve ser obrigatoriamente de capital.

2 - As participações sociais são obrigatoriamente nominativas.

3 - As participações sociais não podem ser detidas em contitularidade.

## Artigo 16º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - O disposto no número anterior não obsta a que a clientela de cada sócio seja considerada relevante para efeitos, designadamente, de amortização de participações e de distribuição de lucros, desde que prevista no contrato de sociedade ou em acordo escrito de todos os sócios.

5 - A distribuição de lucros dos exercícios sociais pode não ser proporcional ao valor das entradas, se assim estiver definida no contrato de sociedade ou em acordo escrito de todos os sócios.

## Artigo 18º

[...]

1 - A cessão de participação de capital a terceiros só é admitida quando o cessionário seja advogado com inscrição em vigor na OACV e depende de autorização da sociedade, concedida por deliberação da assembleia-geral, tomada por maioria qualificada dos votos expressos em Assembleia Geral.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

## Artigo 22º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - Por deliberação da assembleia-geral tomada por maioria qualificada dos votos expressos em Assembleia Geral, pode a sociedade consentir que as participações de capital se transmitam para um ou mais herdeiros do sócio falecido que sejam advogados, fixando-se logo, por acordo, as participações de indústria que lhes correspondam.

6 - [...]

7 - [...]

## Artigo 29º

[...]

1 - Nas sociedades de advogados de responsabilidade ilimitada, os sócios respondem pessoal, ilimitada e solidariamente pelas dívidas sociais, sem prejuízo do dever de contratar o seguro de responsabilidade civil.

2 - [...]

## Artigo 30º

[...]

1 - Nas sociedades de advogados de responsabilidade limitada, apenas a sociedade responde pelas dívidas sociais, até ao limite do seguro de responsabilidade civil obrigatório contratado.

2 - O capital social mínimo é de 500.000\$ (quinhentos mil escudos), a subscrever e a realizar integralmente em dinheiro ou em espécie.

## Artigo 32º

[...]

1 - As sociedades de advogados devem obrigatoriamente contratar um seguro de responsabilidade

civil profissional para cobrir os riscos inerentes ao exercício da atividade de profissional dos seus sócios, associados, advogados estagiários, agentes ou mandatários.

2 - O capital mínimo obrigatoriamente seguro não pode ser inferior a 5.000.000\$ (cinco milhões de escudos).

3 - [*Revogado*]

4 - O não cumprimento do disposto neste artigo implica a responsabilidade ilimitada dos sócios pelas dívidas sociais geradas durante o período do incumprimento do dever de celebração do contrato de seguro.

Artigo 41º

[...]

1 - É permitida a fusão de duas ou mais sociedades de profissionais sujeitas à mesma associação pública profissional, mediante a sua reunião numa única sociedade.

2 - A fusão pode realizar-se:

- a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e atribuição aos sócios daquela de participações da sociedade incorporante, de indústria e ou de capital;
- b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas participações de indústria ou de capital na nova sociedade.

3 - As administrações das sociedades que pretendam fundir-se devem elaborar, em conjunto, um projeto de fusão, do qual constem os seguintes elementos:

- a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da fusão, relativamente a todas as sociedades participantes;
- b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na Ordem dos Advogados de cada uma das sociedades;
- c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transferir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;
- d) As participações, de indústria e ou de capital, a atribuir aos sócios da sociedade a incorporar ou das sociedades a fundir;

- e) O projeto de alteração a introduzir no contrato da sociedade incorporante ou o projeto de contrato da nova sociedade;
- f) A data a partir da qual as operações da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da sociedade incorporante ou da nova sociedade;
- g) Os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da ou das sociedades incorporadas ou das sociedades a fundir que possuam direitos especiais;
- h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

4 - É permitida a cisão de sociedades de advogados.

5 - As sociedades de profissionais podem:

- a) Destacar parte do seu património para efeitos de constituição de outra sociedade de advogados;
- b) Dissolver-se e dividir o seu património, sendo cada uma das partes resultantes destinada a constituir uma nova sociedade de advogados;
- c) Destacar partes do seu património ou dissolver-se, dividindo o seu património em duas ou mais partes, para as fundir com sociedades de advogados já existentes ou com partes do património de outras sociedades de advogados.

6 - A administração de sociedade que pretenda cindir-se ou, tratando-se de cisão-fusão, as administrações das sociedades participantes devem elaborar, em conjunto, um projeto de cisão, donde constem os seguintes elementos:

- a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da cisão, relativamente a todas as sociedades participantes;
- b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na OACV de cada uma das sociedades participantes;
- c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transmitir para as novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, para as sociedades incorporantes;
- d) As participações, de indústria ou de capital, a atribuir aos sócios das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes;
- e) O projeto de contrato das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, o projeto de alteração a introduzir no contrato das sociedades incorporantes;

f) A data a partir da qual as operações da sociedade cindida ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes, são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da ou das sociedades resultantes da cisão;

g) Os direitos assegurados pelas sociedades resultantes da cisão ou, no caso de cisão-fusão, pelas sociedades incorporantes aos sócios da ou das sociedades cindidas ou aos sócios das sociedades incorporadas titulares de direitos especiais;

h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

7 - A cisão e a fusão são deliberadas pela assembleia-geral de cada uma das sociedades e por maioria de 3/4 dos votos apurados dos sócios detendo 75% do capital social.

8 - O projeto de fusão ou de cisão deve ser comunicado à OACV para aprovação prévia e submetida para alteração da inscrição ou inscrição da nova sociedade.

9 - O sócio ou sócios que votarem contra o projeto de fusão ou de cisão têm o direito de se exonerar da sociedade, nos termos do presente diploma.

10 - Com o registo da fusão:

a) Extinguem-se as sociedades incorporadas ou, no caso de constituição de nova sociedade, todas as sociedades fundidas, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;

b) Os sócios das sociedades extintas tornam-se sócios da sociedade incorporante ou da nova sociedade.

11 - Com o registo da cisão:

a) Transmitem-se os direitos e obrigações da sociedade cindida para a nova sociedade ou, no caso de cisão-fusão, para a sociedade incorporante;

b) No caso de cisão-dissolução, extingue-se a sociedade cindida;

c) Os sócios da sociedade cindida, a quem sejam atribuídas participações de indústria e ou de capital da sociedade incorporante ou da nova sociedade, tornam-se sócios das mesmas.

Artigo 44º

### **Formação de advogados estagiários**

A sociedade de advogados deve acompanhar, estimular e coadjuvar a OACV na formação de advogados estagiários.”



**Artigo 3º****Republicação**

É republicado, na íntegra e em anexo como parte integrante do presente diploma, o Decreto-Lei n.º 38/2007, de 5 de novembro, com a redação atualizada resultante das alterações ora introduzidas.

**Artigo 4º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 17 de setembro de 2025. Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva e Joana Gomes Rosa Amado*.

Promulgado em 26 de novembro de 2025.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES.

**ANEXO****(A que se refere o artigo 3º)****República do Decreto-Lei n.º 38/2007****de 5 de novembro**

Os Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, aprovados pela Lei 91/VI//2006 de 9 de janeiro, estabelece no seu artigo 253º que os advogados podem constituir ou ingressar em sociedades de advogados, atribuindo-lhe a estas personalidade jurídica própria pelo mero registo na OACV e sujeitando-as aos princípios deontológicos específica cos da profissão.

Por isso que o presente diploma visa dar concretização jurídica a esse dispositivo estatutário, estabelecendo o regime jurídico da constituição de tais sociedades, até agora não regulados em lei, não obstante a existência de várias situações “de facto” que confi guram verdadeiras sociedades de advogados, legalmente consistentes.

As sociedades de advogados tal como gizadas no presente diploma seguem o regime do contrato de sociedades civis, regulado no Código Civil, com a ressalva das especifi cidades do seu escopo que é o da agregação, voluntária, de dois ou mais profissionais para o exercício conjunto da advocacia, repartindo entre si os proventos resultantes da sua atividade.

Dos vários princípios nele vazados, de se salientar a consagração da liberdade contratual, deixando que cada sociedade de advogados opte pelo regime que achar mais conveniente podendo elas constituir-se segundo o regime de responsabilidade ilimitada ou de responsabilidade limitada, conforme as conveniências dos sócios.

Foi ouvida a Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

Assim,

Ao abrigo dos artigos 10º e 253º dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, aprovados pela Lei nº 91/VI/2006, de 9 de janeiro e,

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do nº 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1º

##### **Objeto**

O presente diploma estabelece o regime das sociedades de advogados.

#### Artigo 2º

##### **Sociedade de advogados**

- 1 - Os advogados podem exercer a profissão constituindo ou ingressando em sociedades de advogados, como sócios ou associados, respetivamente.
- 2 - As sociedades de advogados são sociedades civis constituídas por dois ou mais advogados que acordam no exercício em comum da profissão de advogado, a fim de repartirem entre si os respetivos lucros, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 3 - É admissível a constituição de sociedades de advogados constituídas por um único advogado.
- 4 - A unipessoalidade numa sociedade de advogados pode igualmente resultar da concentração na titularidade de um único sócio da participação de uma sociedade, independentemente da causa da concentração, mediante declaração do sócio único na qual manifeste a sua vontade de transformar a sociedade em unipessoal, podendo essa declaração constar do próprio documento que titule a cessão de participações sociais.
- 5 - Nos casos previstos no número anterior, consideram-se sem efeito as cláusulas do contrato de sociedade que dependam da pluralidade de sócios, designadamente as relativas à entrada e saída de sócios, cessão de participações sociais ou regras de deliberação social.

### Artigo 3º

#### **Sujeição a disposições estatutárias da profissão**

As sociedades de advogados e os respetivos sócios nas suas relações internas estão sujeitos às disposições estatutárias e regulamentares relativas ao exercício da advocacia e à profissão de advogado, nomeadamente nas matérias de direitos e deveres, deontologia, garantia e disciplina, salvo naquelas que sejam indissociáveis da personalidade singular.

### Artigo 4º

#### **Personalidade jurídica**

1 - As sociedades de advogados adquirem personalidade jurídica a partir da data do registo do respetivo contrato de sociedade junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, doravante designada, OACV.

2 - Pelos atos praticados em nome da sociedade até ao registo respondem solidariamente todos os sócios.

3 - Após o registo do contrato, a sociedade assume os direitos e obrigações dos actos praticados em seu nome.

### Artigo 5º

#### **Capacidade**

A capacidade das sociedades de advogados abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes ao exercício em comum da profissão de advogado, excetuando aqueles que lhes sejam vedados por lei ou os que sejam inseparáveis da personalidade singular.

### Artigo 6º

#### **Sócios**

1 - Só os advogados com inscrição em vigor na OACV podem constituir-se sócios nas sociedades de advogados, devendo as suas participações ser obrigatoriamente nominativas.

2 - Os advogados estagiários não podem ser sócios de sociedade de advogados.

3 - Os advogados apenas podem fazer parte de uma única sociedade de advogados e devem consagrar a esta toda a sua atividade profissional de advogado, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 - Qualquer dos sócios pode exercer atividade profissional de advogado fora da sociedade, desde

que autorizado no contrato de sociedade ou mediante acordo escrito de todos os sócios.

5 - Salvo a situação prevista no número anterior, devem os sócios prestar mutuamente informações sobre a atividade profissional de advogado sem que tal envolva violação do segredo profissional, ao qual ficam obrigados todos os sócios.

6 - As procurações forenses devem indicar obrigatoriamente a sociedade de que o advogado ou advogados constituídos façam parte.

7 - Sem prejuízo da faculdade de substabelecer nos termos gerais, o mandato conferido apenas a algum ou alguns dos sócios de uma sociedade de advogados não se considera automaticamente extensivo aos restantes sócios.

### Artigo 7º

#### **Associados**

1 - Nas sociedades de advogados podem exercer a sua atividade profissional advogados não sócios, que tomam a designação de associados.

2 - Os direitos e deveres dos associados devem constar do contrato de sociedade ou ficar definidos em contrato de associação e subscrito entre a sociedade e os associados, no momento da sua integração na sociedade.

### Artigo 8º

#### **Contrato de sociedade e menções obrigatórias**

1 - O contrato de sociedade é celebrado por documento particular ou por escritura pública, neste caso quando a participação de algum sócio for constituída por bens cuja aquisição ou alienação seja por lei sujeita a essa forma.

2 - Do contrato de sociedade devem constar obrigatoriamente as seguintes menções:

- a) O nome, o domicílio profissional e o número de inscrição de todos os sócios na OACV;
- b) A firma;
- c) O objeto social, que é exclusivamente o exercício da advocacia, sem prejuízo da especificação do ramo de direito a que a sociedade se propõe dedicar;
- d) A sede social;
- e) O prazo de duração;

- f) O montante do capital social;
- g) O valor das participações sociais representativas do capital social, a sua natureza e os respetivos titulares ou titular;
- h) A declaração da realização total ou parcial do capital;
- i) As participações de indústria de cada sócio e respetivo regime;
- j) O modo de repartição dos lucros, distinguindo-se a parte dos mesmos correspondente às participações de capital e a correspondente às participações de indústria;
- k) A forma de designação dos órgãos sociais, e
- l) O regime de responsabilidade por dívidas sociais.

3 - As participações sociais em espécie são avaliadas e indicadas no contrato de sociedade, nos termos previstos na lei para as sociedades comerciais.

#### Artigo 9º

#### **Escritórios**

O contrato de sociedade pode prever a abertura de outros escritórios da sociedade, no país ou no estrangeiro, para além do escritório da sede.

#### Artigo 10º

#### **Firma**

1 - A firma da sociedade deve individualizar o nome ou apelido de todos os sócios, ou, pelo menos, de algum ou alguns deles, conter a expressão “sociedade de advogados» e, na parte final, a menção do regime de responsabilidade, com as iniciais RI para as sociedades de advogados de responsabilidade ilimitada e RL para as sociedades de advogados de responsabilidade limitada.

2 - Quando a sociedade não individualiza todos os sócios, a firma deve conter o nome ou apelido de um ou alguns dos sócios e a expressão “e Associados” ou “& Associados”.

3 - A firma da sociedade e a menção do regime de responsabilidade devem constar da correspondência e de todos os documentos da sociedade e dos escritos profissionais dos sócios e dos advogados associados ou estagiários.

4 - Sem prejuízo do previsto no número anterior, é permitido o uso de firmas abreviadas com recurso às iniciais dos nomes que compõem a firma da sociedade, bem como de logótipos, sujeitos a aprovação pelo Conselho Superior.

## Artigo 11º

### **Registo**

- 1 - O contrato de sociedade é submetido ao registo junto do Conselho Superior da OACV, o qual exerce um controlo de mera legalidade.
- 2 - O Conselho Superior verifica se o contrato de sociedade está de harmonia com as normas deontológicas constantes do Estatuto da OACV, bem como com as regras previstas neste diploma e se a firma escolhida é ou não igual ou por tal forma semelhante a outra já registada que com ela possa confundir-se.
- 3 - O registo deve ser efetuado no prazo de trinta dias a contar do pedido.
- 4 - O pedido de registo é acompanhado do contrato de sociedade e da certidão de disponibilidade da firma emitida pelo Conselho Superior.
- 5 - Da deliberação do Conselho Superior cabe recurso contencioso nos termos da lei.
- 6 - Da deliberação do Conselho Superior cabe recurso para o Conselho Nacional da OACV.
- 7 - Se o Conselho Superior ou o Conselho Nacional da OACV não se pronunciarem no prazo de trinta dias, considera-se para todos os efeitos registado o contrato de sociedade.
- 8 - Ficam também sujeitas a registo junto da OACV, a comunicar no prazo de trinta dias, sendo eficazes só após ele, a cessão, a amortização e a extinção de participações sociais, bem como a exoneração e a exclusão de sócios.
- 9 - Fica, ainda, sujeita a registo junto da OACV a identificação de todos os advogados associados e advogados estagiários que exerçam a sua atividade profissional na sociedade de advogados.
- 10 - O Conselho Superior deve comunicar ao Departamento Governamental responsável pela área da Justiça, o registo de sociedades a que proceder, bem como as suas alterações.

## Artigo 12º

### **Proibição de registo e de funcionamento de sociedades de advogados não civis**

- 1 - É proibido o registo, quer na OACV, quer nas conservatórias dos registos, e o funcionamento de sociedades comerciais ou civis, sob forma civil ou comercial, que tenham por objeto o exercício da advocacia ou a prática de atos próprios de advogados, nomeadamente a prestação de serviços jurídicos.
- 2 - É proibido o registo e o funcionamento das sociedades de advogados:

- a) Com firmas de fantasia;
- b) Que exerçam atividades estranhas à advocacia e à prestação de serviços jurídicos;
- c) Que incluam sócio não inscrito como advogado ou inibido de advogar.

3 - É proibido o registo nas conservatórias dos registos de sociedades ou outras pessoas coletivas que incluam, no seu objeto social, a qualquer título, seja principal, acessório, complementar ou conexo, o exercício da advocacia ou a prática de próprios de advogados, nomeadamente a prestação de serviços jurídicos, ainda que sob as designações de consultoria, procuradoria ou semelhantes.

4 - As sociedades e outras pessoas coletivas que se encontrem na situação prevista no número anterior devem alterar os seus Estatutos no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da entrada em vigor deste diploma, sob pena de as cláusulas violadoras dessa disposição serem consideradas nulas e como não escritas.

### Artigo 13º

#### **Nulidade do contrato de sociedade**

A declaração de nulidade do contrato de sociedade não prejudica a validade dos atos profissionais praticados pelos sócios, advogados estagiários e associados anteriores ao trânsito em julgado da decisão judicial.

## CAPÍTULO II

### **PARTICIPAÇÕES SOCIAIS**

#### Artigo 14º

##### **Participações de indústria e de capital**

- 1 - Todos os sócios são obrigados a integrar com participações de indústria e, todos ou, ao menos algum deles, segundo o que for convencionado, também com participações de capital, exceto nas sociedades com único sócio em que a participação deve ser obrigatoriamente de capital.
- 2 - As participações sociais são obrigatoriamente nominativas.
- 3 - As participações sociais não podem ser detidas em contitularidade.



## Artigo 15º

### **Participações de indústria**

1 - As participações de indústria não concorrem para a formação do capital social e presumem-se iguais, salvo estipulação em contrário do contrato de sociedade.

2 - As participações de indústria são intransmissíveis e extinguem-se sempre que o respetivo titular deixe, por qualquer razão, de ser sócio da sociedade.

3 - Extinguindo-se a participação, o sócio ou os seus herdeiros têm direito, salvo convenção em contrário, a receber da sociedade relativamente à sua participação de indústria e na proporção desta:

a) Uma importância correspondente à quota-parte das reservas sociais constituídas com referência ao período em que o sócio efetivamente exerceu a sua atividade na sociedade;

b) Uma importância correspondente aos lucros do exercício em curso, que inclui o valor dos serviços já prestados e ainda não faturados, na proporção do tempo decorrido desse exercício.

4 - A transmissão da participação de capital do sócio não implica a extinção da respetiva participação de indústria, salvo deliberação em contrário de todos os outros sócios.

## Artigo 16º

### **Participações de capital**

1 - As participações de capital são limitadas ao estritamente necessário ao exercício da atividade social.

2 - As participações de capital podem ser realizadas em dinheiro ou em espécie.

3 - Nas participações de capital em espécie não pode ser incluído o valor de clientela de cada sócio.

4 - O disposto no número anterior não obsta a que a clientela de cada sócio seja considerada relevante para efeitos, designadamente, de amortização de participações e de distribuição de lucros, desde que prevista no contrato de sociedade ou em acordo escrito de todos os sócios.

5 - A distribuição de lucros dos exercícios sociais pode não ser proporcional ao valor das entradas, se assim estiver definida no contrato de sociedade ou em acordo escrito de todos os sócios.

## Artigo 17º

### **Cessão de participações de capital entre sócios**

1 - A cessão onerosa de participações de capital é livre entre os sócios, sem prejuízo do direito de concorrência dos restantes.

2 - O sócio que pretenda ceder a respetiva participação de capital a algum ou alguns dos sócios deve dar conhecimento aos restantes do seu propósito, por carta registada com aviso de receção, dirigida para as respetivas residências, na qual indique os termos essenciais da projetada cessão, o nome do previsto ou previstos cessionários, e o regime de participação de indústria que este ou estes pretendam adquirir.

3 - Dentro do prazo de quinze dias após a receção da carta referida no número anterior, devem os seus destinatários, também através de carta registada com aviso de receção, dirigida ao sócio que pretenda ceder a sua participação, declarar se pretendem exercer o seu direito de preferência, considerando-se que não pretendem exercê-lo se, dentro desse prazo, não o fizerem.

4 - Se algum dos sócios não cessionários exercer a seu direito de preferência, a participação de capital e indústria em causa é cedida ao primitivo ou primitivos previstos cessionários e ao interessado ou interessados na proporção das suas participações sociais.

## Artigo 18º

### **Cessão de participações de capital a terceiros**

1 - A cessão de participação de capital a terceiros só é admitida quando o cessionário seja advogado com inscrição em vigor na OACV e depende de autorização da sociedade, concedida por deliberação da assembleia-geral, tomada por maioria qualificada dos votos expressos em Assembleia Geral.

2 - O sócio que pretender ceder a respetiva participação de capital a terceiros deve dar conhecimento do seu propósito à sociedade, por carta registada com aviso de receção em que indique os termos da projetada cessão, o nome do previsto ou previstos cessionários e o regime de participação de indústria que este ou estes pretendam adquirir.

3 - Recebida a comunicação a que se refere o número anterior, deve a sociedade, no prazo de sessenta dias, por carta registada com aviso de receção, comunicar ao sócio se consente ou não na cessão.

4 - Na falta de resposta, considera-se a cessão autorizada tacitamente.

## Artigo 19º

### **Amortização por recusa de autorização**

- 1 - Se a sociedade recusar a autorização para a cessão de participação de capital a terceiro, deve, no prazo de seis meses, proceder à respetiva amortização, se o sócio assim lho exigir por carta registada com aviso de receção, expedida nos quinze dias seguintes à receção da comunicação da sociedade.
- 2 - A participação é amortizada por valor correspondente ao preço da projetada cessão, exceto se a sociedade, nos trinta dias seguintes ao da receção da carta registada a que se refere o número anterior, comunicar ao sócio que não aceita como valor de amortização tal preço, sendo, neste caso, o valor da amortização fixado por uma comissão arbitral, designada nos termos do artigo 48º.
- 3 - A comissão deve ter obrigatoriamente em atenção, no cálculo da amortização, se o sócio que a pretende com a sua saída da sociedade, irá reduzir ou não a clientela desta e, em caso afirmativo, em que medida.
- 4 - O valor da amortização é acrescido da importância apurada nos termos do n.º 3 do artigo 15º.
- 5 - Os estatutos da sociedade podem fixar que o valor da amortização seja pago em prestações, estabelecendo o respetivo número e periodicidade.
- 6 - Se a sociedade não proceder à amortização no prazo de seis meses referido no n.º 1, esta considera-se automaticamente realizada naquele termo, vencendo-se imediatamente as prestações a que o sócio tenha direito.

## Artigo 20º

### **Transmissão não voluntária**

- 1 - No caso de transmissão não voluntária entre vivos de participação do capital, a sociedade pode amortizá-la, se o adquirente for advogado.
- 2 - A deliberação sobre a amortização deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias após o conhecimento da transmissão voluntária, pela sociedade.
- 3 - A transmissão da participação do capital a um não advogado não produz qualquer efeito, estando a sociedade obrigada a amortizá-la.
- 4 - À fixação e o valor da amortização são aplicáveis, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 2 a 6 do artigo 19º, salvo se o contrato de sociedade dispuser de modo diferente.

5 - O valor da amortização é pago nas condições fixadas no contrato de sociedade ou, na sua falta, em três prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira no último dia do mês seguinte àquele em que foi deliberada a amortização ou, se operar a transmissão, quando a amortização for obrigatória.

### Artigo 21º

#### **Cessão gratuita**

1 - O disposto nos artigos 17º a 19º é aplicável, com as necessárias adaptações, à cessão de participações de capital a título gratuito.

2 - O sócio que pretender ceder gratuitamente a sua participação de capital deve atribuir-lhe o respetivo valor, quando der conhecimento aos outros sócios ou solicitar a autorização da assembleia-geral, conforme a identidade do cessionário.

### Artigo 22º

#### **Extinção da participação de capital**

1 - As participações de capital extinguem-se por morte do titular, tendo os herdeiros direito a receber da sociedade o respetivo valor.

2 - O valor é determinado por acordo entre a sociedade e os herdeiros.

3 - Na falta de acordo, o valor é fixado pela comissão arbitral referida no n.º 2 do artigo 19º.

4 - O valor determinado de harmonia com o número anterior é acrescido da importância apurada nos termos do n.º 3 do artigo 15º.

5 - Por deliberação da assembleia-geral tomada por maioria qualificada dos votos expressos em Assembleia Geral, pode a sociedade consentir que as participações de capital se transmitam para um ou mais herdeiros do sócio falecido que sejam advogados, fixando-se logo, por acordo, as participações de indústria que lhes correspondam.

6 - No caso referido no número anterior, as participações de capital são objeto, na partilha, de atribuição preferencial em benefício dos respetivos herdeiros.

7 - O disposto nos n.ºs 1 a 3 é aplicável quando for decretada a interdição ou inabilitação do sócio e, bem assim, quando for cancelada a sua inscrição como advogado.

**Artigo 23º****Penhor**

As participações sociais não podem constituir objeto de penhor.

**CAPÍTULO III****EXONERAÇÃO E EXCLUSÃO DE SÓCIOS E IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA****Artigo 24º****Exoneração de sócio**

1 - Todo o sócio tem o direito de se exonerar da sociedade, se a duração desta não tiver sido fixada no contrato sociedade; não se considera para este efeito fixada no contrato de sociedade a duração da sociedade se esta tiver sido constituída por toda a vida de um sócio ou por um período superior a trinta anos.

2 - Havendo fixação de prazo, o direito de exoneração só pode ser exercido nas condições previstas no contrato de sociedade ou quando ocorra justa causa.

3 - A exoneração só se torna efetiva no fim do ano social em que é feita a comunicação respetiva, mas nunca antes de decorridos três meses sobre esta comunicação.

4 - Se a justa causa ou a causa de exoneração expressa no contrato de sociedade social invocada pelo sócio não for aceite pela sociedade, a exoneração só pode ser autorizada pelo tribunal.

5 - Considera-se justa causa de exoneração, designadamente:

- a) A entrada de novos sócios, quando o sócio tiver votado contra a deliberação da assembleia-geral;
- b) A ocorrência de justa causa de exclusão de outro sócio, se a sociedade não deliberar excluí-lo ou não promover a sua exclusão judicial.

6 - O sócio exonerado tem direito a receber da sociedade a quantia que com esta acordar ou, na falta de acordo, o que for fixado pela comissão arbitral referida no n.º 2 do artigo 19º.

**Artigo 25º****Exclusão de sócio**

1 - A exclusão de um sócio pode dar-se nos casos previstos no contrato de sociedade e ainda nos seguintes:

a) Quando lhe seja imputável violação grave das obrigações para com a sociedade ou dos deveres deontológicos; ou

b) Quando o sócio esteja impossibilitado de modo continuado de prestar à sociedade a participação de indústria a que ficou obrigado.

2 - A exclusão de um sócio é deliberada pela assembleia-geral e por maioria de 3/4 dos votos apurados dos sócios detendo 75% do capital social, salvo se o contrato de sociedade exigir maioria mais qualificada, e produz efeitos decorridos trinta dias sobre a data do registo da respetiva deliberação na OACV.

3 - O direito de oposição judicial do sócio excluído caduca decorrido o prazo trinta dias após a deliberação ou conhecimento da deliberação.

4 - Se a sociedade tiver número de sócios inferior a quatro, a exclusão de qualquer deles só pode ser decretada pelo tribunal.

5 - É aplicável aos casos de exclusão de sócios o disposto no n.º 5 do artigo anterior.

#### Artigo 26º

##### **Impossibilidade temporária de exercício da profissão**

1 - No caso de impossibilidade temporária de exercício da profissão, o sócio mantém o direito aos resultados correspondentes à sua participação de capital.

2 - Durante os primeiros seis meses de impossibilidade mantém também o sócio direito aos resultados correspondentes à participação de indústria e, no período subsequente até dois anos, direito a metade desses lucros.

3 - Se a impossibilidade exceder vinte e quatro meses, pode a sociedade proceder à amortização da participação de capital do sócio, extinguindo-se a respetiva participação de indústria.

4 - O valor de amortização será fixado por acordo ou, na falta deste, pela comissão arbitral e acrescido da importância indicada na alínea a) do n.º 3 do artigo 15º.

5 - O contrato de sociedade pode fixar condições mais favoráveis para o sócio impossibilitado temporariamente, mas não pode reduzir os benefícios que constam dos números anteriores.

#### Artigo 27º

##### **Suspensão da inscrição do sócio como advogado**

1 - O disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo anterior é aplicável no caso de suspensão da inscrição do

sócio como advogado, o qual também mantém direito a metade dos lucros correspondentes à participação de indústria, mas apenas durante os primeiros seis meses de duração da suspensão.

2 - Se o sócio for condenado em pena disciplinar de suspensão, é aplicável, sem prejuízo do disposto no número seguinte, o estabelecido na segunda parte do número anterior.

3 - No caso previsto no número anterior, pode a sociedade deliberar amortizar a participação do capital do sócio, aplicando-se o disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 19º.

## **CAPÍTULO IV**

### **TIPOS DE SOCIEDADE E REGIME DE RESPONSABILIDADE**

#### **Artigo 28º**

##### **Tipos de sociedade**

1 - As sociedades de advogados devem optar, no momento da constituição, por um dos dois tipos seguintes, consoante o regime de responsabilidade por dívidas sociais a adotar:

- a) Sociedade de advogados de responsabilidade ilimitada;
- b) Sociedade de advogados de responsabilidade limitada.

2 - A responsabilidade por dívidas sociais inclui as geradas por atos praticados ou por omissões imputadas a sócios, associados e advogados estagiários, no exercício da profissão.

#### **Artigo 29º**

##### **Sociedade de responsabilidade ilimitada**

1 - Nas sociedades de advogados de responsabilidade ilimitada, os sócios respondem pessoal, ilimitada e solidariamente pelas dívidas sociais, sem prejuízo do dever de contratar o seguro de responsabilidade civil.

2 - Os credores da sociedade só podem, no entanto, exigir aos sócios o pagamento de dívidas sociais após a prévia excussão dos bens da sociedade.

#### **Artigo 30º**

##### **Sociedade de responsabilidade limitada**

1 - Nas sociedades de advogados de responsabilidade limitada, apenas a sociedade responde pelas dívidas sociais, até ao limite do seguro de responsabilidade civil obrigatório contratado.

2 - O capital social mínimo é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), a subscrever e a realizar integralmente em dinheiro ou em espécie.

#### Artigo 31º

##### **Direito de regresso**

1 - As sociedades de advogados têm direito de regresso contra o sócio, associado ou advogado estagiário pelos atos e omissões culposos geradores de responsabilidade da sociedade.

2 - Para efeitos do direito de regresso entre os sócios, cada um reponde pelas dívidas sociais na proporção em que participe nos resultados, salvo estipulação diversa do contrato de sociedade.

#### Artigo 32º

##### **Seguro obrigatório de responsabilidade civil**

1 - As sociedades de advogados devem obrigatoriamente contratar um seguro de responsabilidade civil profissional para cobrir os riscos inerentes ao exercício da atividade de profissional dos seus sócios, associados, advogados estagiários, agentes ou mandatários.

2 - O capital mínimo obrigatoriamente seguro não pode ser inferior a 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos).

3 - [*Revogado*]

4 - O não cumprimento do disposto no presente artigo implica a responsabilidade ilimitada dos sócios pelas dívidas sociais geradas durante o período do incumprimento do dever de celebração do contrato de seguro.

#### Artigo 33º

##### **Regime supletivo de responsabilidade**

Na falta de indicação no contrato de sociedade do tipo de regime de responsabilidade, presume-se que a sociedade adota o regime de responsabilidade ilimitada.



## CAPÍTULO V

### **FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE**

#### Artigo 34º

##### **Administração**

- 1 - Na falta de estipulação em contrário no contrato de sociedade, todos os sócios têm igual poder para administrar a sociedade.
- 2 - Ao exercício da administração, aos direitos e obrigações dos administradores e às relações com terceiros são aplicáveis as disposições dos artigos 982º a 985º, 993º e 997º do Código Civil.
- 3 - O exercício dos poderes da administração deve conformar-se com a independência do sócio, enquanto advogado, relativamente à prática dos respetivos atos profissionais.
- 4 - Os administradores respondem perante a sociedade pelos danos a esta causados por atos ou omissões culposos praticados no exercício do cargo com preterição dos deveres legais e contratuais.
- 5 - A ação de responsabilidade proposta pela sociedade depende de deliberação da assembleia-geral.

#### Artigo 35º

##### **Assembleia-geral**

- 1 - Competem à assembleia-geral dos sócios todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias da administração.
- 2 - A assembleia-geral reúne ordinariamente uma vez por ano, até ao dia 15 de março, para deliberar sobre as contas do exercício social anterior e sobre outros assuntos para que igualmente tenha sido convocada.
- 3 - A assembleia-geral reúne nas datas previstas no contrato de sociedade e sempre que convocada, com um fim legítimo e com indicação da respetiva ordem de trabalhos, por qualquer sócio.
- 4 - À convocação e funcionamento da assembleia-geral e ao conteúdo das respetivas deliberações são aplicáveis as disposições dos artigos 175º a 180º do Código Civil.
- 5 - As deliberações sobre alterações ao contrato de sociedade, dissolução ou prorrogação da sociedade exigem sempre a maioria absoluta dos votos expressos, além do quórum pessoal

referido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 177º do Código Civil.

### **Artigo 36º**

#### **Voto**

- 1 - Cada sócio dispõe, pelo menos, de um voto.
- 2 - O contrato de sociedade pode atribuir mais votos a algum ou alguns dos sócios, mas nenhum sócio pode representar mais do que 50% do total dos votos expressos.
- 3 - Os sócios ausentes podem mandar os sócios presentes, por meio de simples carta, para os representarem no exercício do direito de voto.

### **Artigo 37º**

#### **Atas**

- 1 - As deliberações dos sócios devem constar de ata, que é assinada por todos os sócios que tomaram parte na assembleia.
- 2 - Quando algum sócio, devendo fazê-lo, não assinar a respectiva ata, deve a sociedade notificá-lo, por carta registada, com aviso de receção, para que, em prazo não inferior a oito dias, a assine.
- 3 - Decorrido esse prazo, a ata adquire força probatória plena, desde que assinada pela maioria dos sócios que tomaram parte na assembleia, e a ela seja anexada cópia da referida carta e o aviso de receção.

## **CAPÍTULO VI**

### **CONTAS, REMUNERAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS**

### **Artigo 38º**

#### **Contas da sociedade**

- 1 - As contas da sociedade são apresentadas anualmente, em referência a anos civis, e os resultados líquidos são atribuídos aos sócios de harmonia com o estabelecido no contrato de sociedade.
- 2 - A sociedade pode atribuir mensalmente aos sócios uma importância fixa por conta dos resultados a distribuir.
- 3 - Todas as importâncias recebidas pelos sócios nos termos dos números anteriores são consideradas como remunerações de trabalho.

4 - As contas das sociedades de advogados de responsabilidade limitada devem ser depositadas na Ordem dos Advogados, no prazo de 60 dias a contar da sua aprovação.

#### Artigo 39º

#### **Remunerações e distribuição dos resultados**

1 - As remunerações de qualquer natureza cobradas como contraprestação da atividade profissional dos sócios e dos associados constituem receitas da sociedade.

2 - O contrato de sociedade determina as modalidades da distribuição dos resultados entre os sócios.

3 - Na falta de disposição estatutária sobre a distribuição dos lucros, estes são distribuídos por todos os sócios em partes iguais.

### CAPÍTULO VII

#### **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

#### Artigo 40º

##### **Dissolução**

1 - A sociedade extingue-se pelo decurso do prazo pelo qual foi constituído ou por deliberação dos sócios.

2 - A sociedade dissolve-se por decisão judicial ou no caso de exoneração ou expulsão de todos os sócios da sociedade, de aplicação de sanção de proibição de exercício da profissão a todos os sócios da sociedade, de morte de todos os sócios da sociedade, sem que as participações tenham sido cedidas ou amortizadas nos termos deste diploma.

3 - A extinção da sociedade é deliberada pela assembleia- geral da sociedade e por maioria de 3/4 dos votos apurados dos sócios que detêm 75% do capital social.

#### Artigo 41º

##### **Fusão e cisão**

1 - É permitida a fusão de duas ou mais sociedades de profissionais sujeitas à mesma associação pública profissional, mediante a sua reunião numa única sociedade.

2 - A fusão pode realizar-se:

a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e

atribuição aos sócios daquela de participações da sociedade incorporante, de indústria e ou de capital;

b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas participações de indústria ou de capital na nova sociedade.

3 - As administrações das sociedades que pretendam fundir-se devem elaborar, em conjunto, um projeto de fusão, do qual constem os seguintes elementos:

a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da fusão, relativamente a todas as sociedades participantes;

b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na Ordem dos Advogados de cada uma das sociedades;

c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transferir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;

d) As participações, de indústria e ou de capital, a atribuir aos sócios da sociedade a incorporar ou das sociedades a fundir;

e) O projeto de alteração a introduzir no contrato da sociedade incorporante ou o projeto de contrato da nova sociedade;

f) A data a partir da qual as operações da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da sociedade incorporante ou da nova sociedade;

g) Os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da ou das sociedades incorporadas ou das sociedades a fundir que possuam direitos especiais;

h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

4 - É permitida a cisão de sociedades de advogados.

5 - As sociedades de profissionais podem:

a) Destacar parte do seu património para efeitos de constituição de outra sociedade de advogados;

b) Dissolver-se e dividir o seu património, sendo cada uma das partes resultantes destinada a constituir uma nova sociedade de advogados;

c) Destacar partes do seu património ou dissolver-se, dividindo o seu património em duas ou mais partes, para as fundir com sociedades de advogados já existentes ou com partes do património de outras sociedades de advogados.

6 - A administração de sociedade que pretenda cindir-se ou, tratando-se de cisão-fusão, as administrações das sociedades participantes devem elaborar, em conjunto, um projeto de cisão, donde constem os seguintes elementos:

a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da cisão, relativamente a todas as sociedades participantes;

b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na OACV de cada uma das sociedades participantes;

c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transmitir para as novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, para as sociedades incorporantes;

d) As participações, de indústria ou de capital, a atribuir aos sócios das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes;

e) O projeto de contrato das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, o projeto de alteração a introduzir no contrato das sociedades incorporantes;

f) A data a partir da qual as operações da sociedade cindida ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes, são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da ou das sociedades resultantes da cisão;

g) Os direitos assegurados pelas sociedades resultantes da cisão ou, no caso de cisão-fusão, pelas sociedades incorporantes aos sócios da ou das sociedades cindidas ou aos sócios das sociedades incorporadas titulares de direitos especiais;

h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

7 - A cisão e a fusão são deliberadas pela assembleia geral de cada uma das sociedades e por maioria de 3/4 dos votos apurados dos sócios detendo 75% do capital social.

8 - O projeto de fusão ou de cisão deve ser comunicado à OACV para aprovação prévia e submetida para alteração da inscrição ou inscrição da nova sociedade.

9 - O sócio ou sócios que votarem contra o projeto de fusão ou de cisão têm o direito de se exonerar da sociedade, nos termos do presente diploma.

10 - Com o registo da fusão:

- a) Extinguem-se as sociedades incorporadas ou, no caso de constituição de nova sociedade, todas as sociedades fundidas, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;
- b) Os sócios das sociedades extintas tornam-se sócios da sociedade incorporante ou da nova sociedade.

11 - Com o registo da cisão:

- a) Transmitem-se os direitos e obrigações da sociedade cindida para a nova sociedade ou, no caso de cisão-fusão, para a sociedade incorporante;
- b) No caso de cisão-dissolução, extingue-se a sociedade cindida;
- c) Os sócios da sociedade cindida, a quem sejam atribuídas participações de indústria e ou de capital da sociedade incorporante ou da nova sociedade, tornam-se sócios das mesmas.

#### Artigo 42º

### **Regime da dissolução**

- 1 - São aplicáveis à extinção, dissolução e liquidação da sociedade as disposições dos artigos 1004º a 1015º e 1017º do Código Civil.
- 2 - Após a dissolução e enquanto não se ultimarem as partilhas, os sócios podem retomar o exercício da sua atividade profissional de advogado, a título individual.
- 3 - Em caso de fusão e cisão, o património ativo e passivo da sociedade resultante é o que for estabelecido no contrato de fusão e cisão, havendo liquidação apenas na parte que não for transmitida.

## CAPÍTULO VIII

### **REGRAS DEONTOLÓGICAS**

#### Artigo 43º

### **Conflitos de interesses**

A sociedade de advogados, ainda que assegure internamente a criação de grupos de trabalho independentes, não pode patrocinar causas ou clientes quando tal facto consubstanciar uma situação de conflito de interesses nos termos legais.

**Artigo 44º****Formação de advogados estagiários**

A sociedade de advogados deve acompanhar, estimular e coadjuvar a OACV na formação de advogados estagiários.

**Artigo 45º****Planos de carreira**

1 - A sociedade de advogados deve elaborar planos de carreira que detalhem as eventuais categorias e os critérios de progressão dos associados dentro da sociedade, bem como o modo do possível acesso à categoria de sócio de indústria, ou de capital e de indústria.

2 - Os planos de carreira devem ser depositados na OACV três meses após o registro do contrato de sociedade.

**CAPÍTULO XIX****DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS****Artigo 46º****Sociedades de facto**

As atuais sociedades de advogados de facto devem adequar os seus estatutos ao regime estabelecido no presente diploma, no prazo de sessenta dias a contar da data da entrada em vigor do mesmo.

**Artigo 47º****Regime subsidiário**

Nos casos não previstas no presente diploma, é aplicável a sociedade de advogados o regime do contrato de sociedade regulado no Código Civil.

**Artigo 48º****Comissão arbitral**

A comissão arbitral prevista neste diploma é constituída por três advogados, sendo um designado pela sociedade, outro pelo sócio, herdeiros ou representante legal do sócio e, o terceiro, pelo Presidente do Conselho Superior da OACV, que presidirá, com voto de desempate e estabelecerá os termos do respetivo processo.

**Artigo 49º****Regulamentação**

O Conselho Superior da OACV deve regulamentar, no prazo de sessenta dias após a publicação do presente diploma, as seguintes matérias:

- a) O processo de registo e a forma de publicidade dos atos;
- b) As taxas devidas pelo registo do contrato de sociedade, averbamentos de suas alterações e emissão de certidões;
- c) Registo da criação e abertura de representações, delegações, filiais e sucursais.

**Artigo 50º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. José Maria Pereira Neves e José Manuel Gomes de Andrade.

Promulgado em 25 de outubro de outubro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Referendado em 26 de outubro de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.



**CONSELHO DE MINISTROS****Decreto-Regulamentar n.º 5/2025  
de 28 de novembro**

**Sumário:** Procede à quarta alteração ao Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, que aprova a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas.

O Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 28 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Espaços Naturais, Paisagens, Monumentos e Lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico merecem uma proteção especial e integra-se na Rede Nacional das Áreas protegidas, criou seis categorias de áreas protegidas: Reservas Naturais, Parque Nacional, Parque Natural, Monumento Natural, Paisagem Protegida e Sítio de interesse Científico.

Nos termos desse diploma, a Reserva Natural da Ponta de Sinó foi criada e delimitada pelo do Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, com uma área total de 5.747 ha (cinco mil, setecentos e quarenta e sete hectares), dos quais 5.651 ha (cinco mil seiscientos e cinquenta e um hectares), marinhos e 96 ha (noventa e seis hectares), terrestres.

Entretanto, dois anos após a sua criação, o Decreto-Regulamentar n.º 5/2015, de 4 de junho, o anterior Governo, procedeu à alteração da delimitação da Reserva, com a consequente desclassificação de 27 ha (vinte e sete hectares), da zona terrestre, que foram destinados à implantação de empreendimentos turísticos.

Todavia, a decisão de reduzir a área protegida da Reserva Natural de Ponta de Sinó, pelo supracitado Decreto-Regulamentar careceu de suporte técnico-científico adequado, e violou os princípios basilares de proteção e conservação do ambiente, além de trazer grandes prejuízos em termos de conservação dos ecossistemas dunares e de áreas inundáveis de importante valor para espécies de plantas holófitas e aves limícolas.

Reconhecendo tais falhas e visando repor a legalidade e a integridade ecológica da área protegida, o Governo aprovou o Decreto-Regulamentar n.º 6/2018, de 3 de setembro, que reclassificou e restabeleceu a delimitação original da Reserva Natural da Ponta de Sinó, devolvendo-lhe a área de 27 ha (vinte e sete hectares), anteriormente desclassificada, em conformidade com os princípios de proteção ambiental e com a melhor evidência técnico-científica disponível.

Sucede, contudo, que parte da área desclassificada foi objeto de negócio jurídico entre o Estado e uma empresa privada, concretamente um contrato de direito de superfície, tendo o Estado, por força de decisão judicial, ficado vinculado ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

Neste sentido e em cumprimento da sentença e para assegurar a conformidade legal da delimitação da Reserva Natural da Ponta de Sinó, o Governo procede à presente alteração da área protegida, conciliando o respeito pelas decisões judiciais com os princípios da legalidade e da proteção ambiental.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10º e no n.º 2 do artigo 34º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 28 de agosto; e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pela alínea b) do n.º 2 do artigo 264º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1º

#### **Objeto**

O presente diploma procede à quarta alteração ao Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 5/2015, de 4 de junho, pelo Decreto-Regulamentar n.º 6/2018, de 3 de setembro, e pelo Decreto-Regulamentar n.º 12/2022, de 22 de março, que aprova a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas.

### Artigo 2º

#### **Alteração**

É alterado o artigo 1º do Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º

[...]

É aprovada a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas, declarada no anexo do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 28 de agosto, com uma área total de 5.930,37 ha (cinco mil, novecentos e trinta vírgula trinta e sete hectares), de acordo com as coordenadas, referências e croqui cartográfico em anexo ao presente diploma, e que fazem parte integrante.”

**Artigo 3º****Republicação**

É republicado, em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante o Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio, que aprova a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal pertencente a Rede Nacional das Áreas Protegidas, com as alterações introduzidas, com as alterações introduzidas.

**Artigo 4º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 18 de novembro de 2025. Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Gilberto Correia Carvalho Silva*.

Promulgado em 26 de novembro de 2025.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES.

**ANEXO****(A que refere o artigo 1º do Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio)****Reserva Natural Ponta de Sinó****1. Referencias:**

Sistema de referência: ITRF 96

Projeção: Cónica Secante de Lambert

Elipsóide: Word Geodetic System 1984

**2. Coordenadas:**

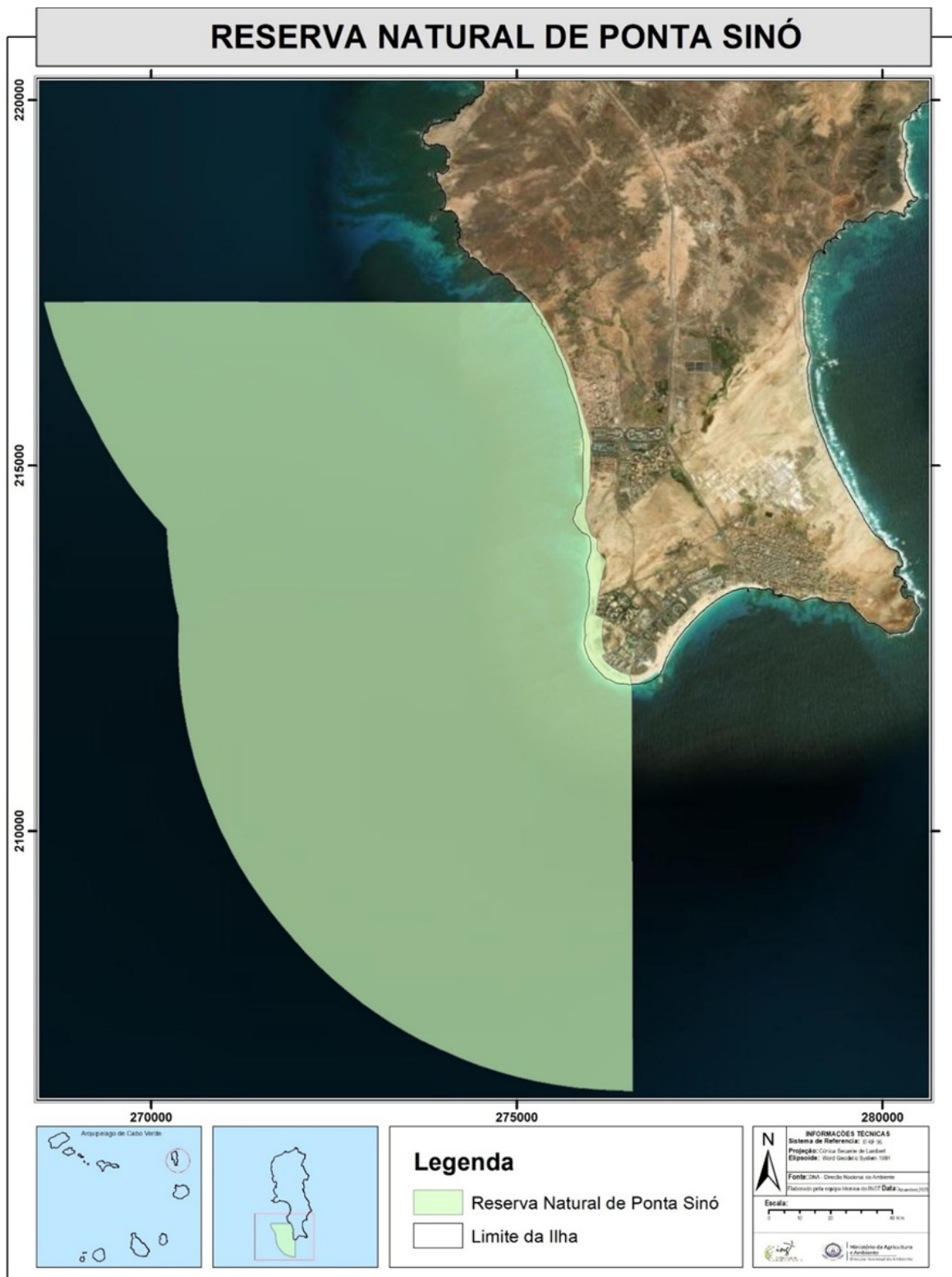
Os dados cartográficos da delimitação espacial da Reserva Natural Ponta de Sinó encontram-se disponíveis no site do INGT através da Infraestrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDECV).

<b>Vértices</b>	<b>Coordenadas X</b>	<b>Coordenadas Y</b>
1	269624,24	217246,59
2	275183,512	217231,621
3	275183,512	217231,621
4	276571,739	212004,033
5	276571,74	212004,03
6	276583,734	207174,23
7	276585,569	206435,452
8	270373,379	212932,292
9	270214,218	214129,075
10	268533,729	217235,807
11	269624,24	217246,59
12	275241,518	217235,69
13	275272,03	217185,25
14	275342,59	217089,92
15	275444,873	216903,9
16	275481,959	216836,452
17	275512,544	216770,39

18	275531,132	216730,241
19	275553,656	216681,591
20	275587,787	216607,871
21	275604,358	216572,078
22	275606,412	216567,64
23	275705,61	216353,38
24	275790,1	216103,71
25	276010,28	215346,71
26	276005,842	215122,463
27	276002,374	214947,251
28	275997,69	214710,59
29	275954,94	214537,53
30	275933,92	214307,54
31	276016,11	214050,92
32	276058,468	214023,904
33	276082,95	214008,29
34	276097,49	213979,22
35	276101,85	213932,7
36	276097,22	213841,07
37	276221,74	213696,73
38	276221,74	213696,73
39	276171,54	213497,28
40	276114,402	213235,21
41	276114,402	213235,21
42	276114,402	213235,21
43	276094,69	213068,903
44	276090,341	213032,202
45	276074,586	212962,703
46	276191,987	212904,865
47	276172,77	212818,91
48	276163,69	212657,33
49	276191,38	212496,21
50	276226,638	212431,851

51	276162,597	212399,633
52	276210,724	212320,696
53	276316,564	212232,29
54	276430,556	212169,292
55	276532,665	212137,191
56	276551,548	212108,622
57	276571,739	212004,033
58	275183,512	217231,621
59	275209,361	217233,434
60	275241,516	217235,69
61	275241,518	217235,69

### 3. Croqui Cartográfico



**ANEXO****(A que se refere o artigo 3º)****Republicação do****Decreto-Regulamentar n.º 12/2013, de 9 de maio**

O programa do Governo para VIII legislatura, 2011-2016, atribui uma grande importância à conservação da natureza e gestão sustentável dos recursos naturais, apostando na criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde, consubstanciada numa Agenda Verde transversal. Dessa agenda consta a promoção da biodiversidade, a melhoria de gestão áreas protegidas, tanto na vertente consolidação como na de elaboração de instrumentos de gestão para a operacionalização de áreas protegidas, tanto terrestre como costeira/marinha, o combate à desertificação, a proteção de florestas, a melhoria do tratamento de águas residuais e a introdução de energias limpas e renováveis.

Ponta de Sinó pertence à Rede Nacional de Áreas Protegidas, na categoria de Reserva Natural, conforme o disposto no número 1 do artigo 34.º do Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 44/2006, de 28 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico merecem uma protecção especial e integra-se na rede nacional das áreas protegidas, e o respectivo anexo.

A Reserva Natural Ponta Sinó é uma área que abarca parte do extremo Sul-ocidental da ilha do Sal, desde a Ponta do Sinó até à Baía do Algodoeiro, a Sul da ribeira com o mesmo nome, ocupando uma área costeira conformada por dunas, terras salgadas e praias.

Os fundamentos para a Ponta do Sinó ser declarada área protegida, na categoria de Reserva Natural, foram a conservação das praias, pelo seu valor ecológico relacionado com o ciclo biológico das tartarugas e o ecossistema das terras salgadas para acolher avifauna local e migratória, assim como pelo valor geomorfológico e paisagístico do sistema dunar.

Neste contexto, é fundamental, observando o sobredito regime jurídico, delimitar a área protegida da Reserva Natural Ponta de Sinó, com vista a assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correcta estratégia de sua conservação e gestão.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-lei n.º 3/2003 de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 44/2006, de 28 de agosto; e



No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pela alínea b) do n.º 2 do artigo 264.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1º

#### **Delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó**

É aprovada a delimitação da Reserva Natural Ponta de Sinó da ilha do Sal, pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas, declarada no anexo do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 28 de agosto, com uma área total de 5.930,37 ha (cinco mil, novecentos e trinta vírgula trinta e sete hectares), de acordo com as coordenadas, referências e croqui cartográfico em anexo ao presente diploma, e que fazem parte integrante.

### Artigo 2º

#### **Medidas de Gestão da Reserva Natural Ponta de Sinó**

1 - É, imediatamente, iniciado o processo de atualização do Plano de Gestão da Reserva Natural de Ponta Sinó de forma a corresponder a nova limitação, aprovada bem como aos novos desafios de gestão desta reserva.

2 - Na parte terrestre da Reserva Natural de Ponta Sinó, cuja área foi recuperada com esta nova delimitação, é criado um Parque Ambiental mediante orientações estipuladas no próprio Plano de Gestão da reserva.

### Artigo 3º

#### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros aos 28 de fevereiro de 2013. — Os Ministros, *José Maria Pereira Neves e Emanuel Antero Garcia da Veiga*.

Promulgado em 2 de maio de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

## Anexo

**(A que se refere o artigo 1º)****Reserva Natural Ponta de Sinó****1. Referencias:**

Sistema de referência: ITRF 96

Projeção: Cônica Secante de Lambert

Elipsóide: Word Geodetic System 1984

**2. Coordenadas:**

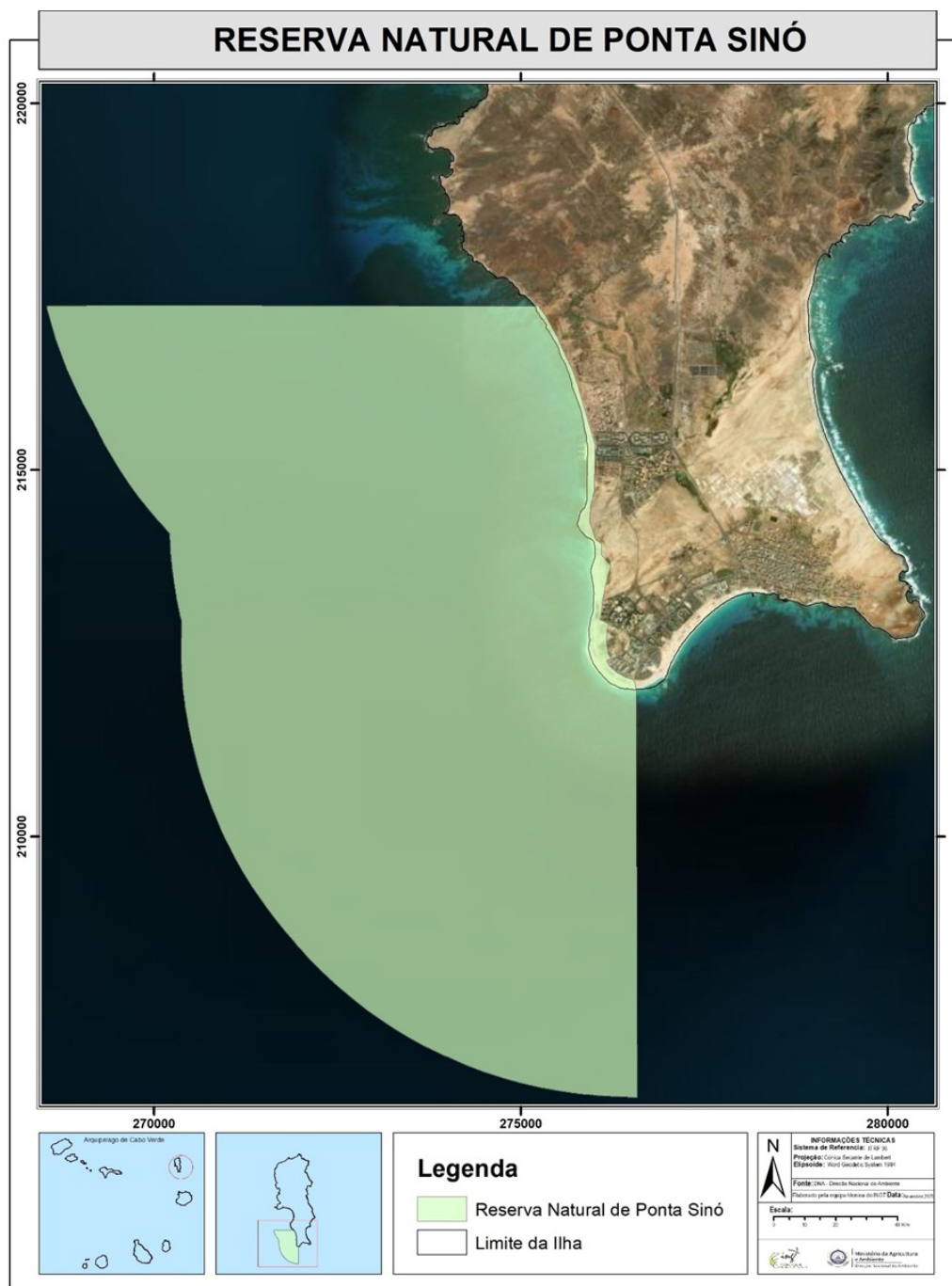
Os dados cartográficos da delimitação espacial da Reserva Natural Ponta de Sinó encontram-se disponíveis no site do INGT através da Infraestrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDECV).

<b>Vértices</b>	<b>Coordenadas X</b>	<b>Coordenadas Y</b>
1	269624,24	217246,59
2	275183,512	217231,621
3	275183,512	217231,621
4	276571,739	212004,033
5	276571,74	212004,03
6	276583,734	207174,23
7	276585,569	206435,452
8	270373,379	212932,292
9	270214,218	214129,075
10	268533,729	217235,807
11	269624,24	217246,59
12	275241,518	217235,69
13	275272,03	217185,25
14	275342,59	217089,92
15	275444,873	216903,9
16	275481,959	216836,452
17	275512,544	216770,39

18	275531,132	216730,241
19	275553,656	216681,591
20	275587,787	216607,871
21	275604,358	216572,078
22	275606,412	216567,64
23	275705,61	216353,38
24	275790,1	216103,71
25	276010,28	215346,71
26	276005,842	215122,463
27	276002,374	214947,251
28	275997,69	214710,59
29	275954,94	214537,53
30	275933,92	214307,54
31	276016,11	214050,92
32	276058,468	214023,904
33	276082,95	214008,29
34	276097,49	213979,22
35	276101,85	213932,7
36	276097,22	213841,07
37	276221,74	213696,73
38	276221,74	213696,73
39	276171,54	213497,28
40	276114,402	213235,21
41	276114,402	213235,21
42	276114,402	213235,21
43	276094,69	213068,903
44	276090,341	213032,202
45	276074,586	212962,703
46	276191,987	212904,865
47	276172,77	212818,91
48	276163,69	212657,33
49	276191,38	212496,21
50	276226,638	212431,851

51	276162,597	212399,633
52	276210,724	212320,696
53	276316,564	212232,29
54	276430,556	212169,292
55	276532,665	212137,191
56	276551,548	212108,622
57	276571,739	212004,033
58	275183,512	217231,621
59	275209,361	217233,434
60	275241,516	217235,69
61	275241,518	217235,69

### 3. Croqui Cartográfico



## CONSELHO DE MINISTROS

### **Resolução n.º 131/2025 de 28 de novembro**

**Sumário:** Determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago, sob a coordenação do Ministério da Coesão Territorial, de acordo com a Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto.

O Programa do Governo da X Legislatura, através da criação do Ministério da Coesão Territorial, projetou como um dos grandes propósitos políticos a nível do Executivo Nacional a redução das assimetrias regionais e a promoção do desenvolvimento regional e local, assente na valorização das potencialidades e especificidades de todas as regiões e municípios do País.

A Resolução n.º 58/2022, de 27 de maio, que aprova a Política Nacional de Coesão Territorial indica que a sua execução será por intermédio de diversos instrumentos, com particular realce para os Planos de Desenvolvimento Regional. Neste âmbito, a Resolução n.º 87/2022, de 3 de outubro, republicada através da retificação n.º 87/2022, de 11 de outubro, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local determina que no decurso do mandato o Governo deverá levar a cabo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional para todas as ilhas e garantir a sua efetiva implementação, seguimento e avaliação.

Para o efeito, o Governo gizou um sistema de planeamento do desenvolvimento regional e local, Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto, que tem como principal objetivo a formulação, execução, seguimento e avaliação das ações intersectoriais e interinstitucionais de planeamento e promoção do desenvolvimento regional e local.

Neste contexto, e considerando as assimetrias existentes entre os nove municípios da ilha de Santiago e as exigências de uma abordagem integrada e regional de desenvolvimento da ilha, além dos complexos desafios para alcançar a integração territorial e superar dificuldades em termos socioeconómicos e ambientais e a nível de infraestruturas, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago revela-se uma das vias mais assertivas para lograr a promoção do desenvolvimento sustentável da ilha e a melhoria das condições de vida da sua população. Pretende-se, assim, mediante um exercício de planeamento participativo e com recurso a ferramentas adequadas de conceção e formulação estratégica, aproveitar os fatores e trunfos da ilha, sem descurar as suas vulnerabilidades e fragilidades, no sentido de impulsionar o desenvolvimento de forma sustentada e integrada.

Assim,

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 27º da Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

## Artigo 1º

### **Objeto**

A presente Resolução determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago, instrumento de planeamento regional, de natureza estratégica, a desenvolver nos termos previstos na Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto.

## Artigo 2º

### **Âmbito Territorial**

1 - O Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago abrange todo o território da ilha, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto.

2 - Para efeitos do presente Plano, integra igualmente o seu âmbito territorial o ilhéu de Santa Maria.

## Artigo 3º

### **Princípios orientadores**

A elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) da ilha de Santiago obedece aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coordenação, visando a organização dos atores envolvidos no processo de elaboração do PDR, evitando a multiplicação de esforços redundantes, o desperdício de recursos e a programação de ações divergentes;
- b) Complementaridade, pretendendo alcançar a boa articulação das várias formas de atuação públicas, privadas e sociais, bem como ao nível nacional, regional, municipal e das comunidades de base com objetivo de melhorar e bem-estar das populações;
- c) Subsidiariedade, visando a importância da realização prioritária das ações pelas entidades mais próximas das comunidades e populações, no sentido de haver boa conjugação de esforços a diferentes níveis de atuação;
- d) Sustentabilidade, integrando as dimensões económica, social, ambiental e cultural, preservando os recursos naturais e comunitários para as gerações futuras;
- e) Participação cidadã, assegurando o direito à participação dos cidadãos, da sociedade civil e dos seus representantes na formulação e implementação das políticas, programas, projetos e ações previstos a executar, fazendo uso dos vários mecanismos previstos na lei, designadamente a consulta pública, pedido de informações e reuniões públicas.

## Artigo 4º

### **Metodologia para compatibilização dos instrumentos de planeamento regional e local**

1 - A elaboração do plano de desenvolvimento regional obedece a uma metodologia de compatibilização que assegura a coerência e articulação entre os instrumentos de planeamento de nível nacional, regional, intermunicipal e municipal, em conformidade com a alínea a) do n.º 2 do artigo 27º da Lei n.º 34/X/2023, de 22 de agosto.

2 - O sistema de planeamento organiza-se nos seguintes níveis:

- a) Nacional, que se concretiza através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local e o Plano Nacional de Desenvolvimento, definindo os objetivos de interesse nacional;
- b) Regional, que se concretiza através dos Planos de Desenvolvimento Regional, prosseguindo objetivos de interesse regional e estabelecendo o quadro estratégico a ser observado pelos planos intermunicipais e municipais;
- c) Intermunicipal, que se concretiza através dos Planos de Desenvolvimento Intermunicipal, prosseguindo objetivos de interesse intermunicipal e orientando os planos municipais;
- d) Municipal, que se concretiza através dos Planos de Desenvolvimento Municipal, prosseguindo objetivos municipais e concretizando as orientações dos planos superiores.

3 - A coordenação da metodologia é assegurada pelo departamento governamental responsável pelo setor da coesão territorial, em articulação com os municípios e as associações intermunicipais, garantindo a coerência na elaboração, execução seguimento e avaliação dos planos, nos termos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local.

## Artigo 5º

### **Competências de elaboração**

1 - A elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional de Santiago compete ao Governo, sob a coordenação do membro do Governo responsável pelo setor da Coesão Territorial.

2 - O Setor da Coesão Territorial assegura a articulação com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional e Local e estabelece o quadro estratégico que deve ser observado pelos Planos de Desenvolvimento Intermunicipal e Municipal.



## Artigo 6º

### **Prazos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da Brava**

O prazo para elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional é de oito meses, com a exclusão do período dedicado à exposição pública da proposta, recolha de subsídios, revisão e submissão da versão final para aprovação final do mesmo em sede do Conselho de Ministros.

## Artigo 7º

### **Constituição e funcionamento da comissão de acompanhamento**

1 - A elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago é acompanhada por uma comissão de acompanhamento, a qual integra, além dos representantes dos departamentos governamentais alistados no número seguinte, representantes da Câmara Municipal da Praia, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Câmara Municipal de São Domingos, Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Câmara Municipal de Santa Cruz, Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, Câmara Municipal de Santa Catarina, Câmara Municipal de São Miguel, Câmara Municipal do Tarrafal, Assembleia Municipal da Praia, Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Assembleia Municipal de São Domingos, Assembleia Municipal de São Salvador do Mundo, Assembleia Municipal de Santa Cruz, Assembleia Municipal de São Lourenço dos Órgãos, Assembleia Municipal de Santa Catarina, Assembleia Municipal de São Miguel, Assembleia Municipal do Tarrafal, bem como da Associação dos Municípios de Santiago e das organizações da sociedade civil que prosseguem ações de interesses ambientais, económicos, sociais e culturais relevantes a nível da ilha, a serem selecionados mediante indicação de entidades representativas.

2 - Fica constituída, mediante presente Resolução, a Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional da ilha de Santiago, que integra representantes dos seguintes organismos:

- a) Ministério da Coesão Territorial;
- b) Ministério das Finanças;
- c) Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social;
- d) Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas;
- e) Ministério do Mar;
- f) Ministério do Turismo e Transportes;
- g) Ministério da Agricultura e Ambiente;

- h) Ministério da Indústria, Comércio e Energia,
- i) Instituto Nacional de Gestão do Território;
- j) Infraestruturas de Cabo Verde;
- k) Instituto Nacional de Estatística;
- l) Instituto do Desporto e da Juventude;
- m) Cabo Verde TradeInvest; e
- n) Pró-Empresa.

3 - Os representantes referenciados nos números anteriores são designados por despacho do membro do Governo responsável pelo setor da Coesão Territorial, sob proposta da entidade que representam.

4 - A Comissão do Acompanhamento é dirigido pelo Diretor-Geral da Política de Coesão Territorial e deve reunir-se mediante convocatória enviada com antecedência mínima de cinco dias úteis.

5 - Os trabalhos da Comissão de Acompanhamento incluem a concertação com todas as entidades envolvidas e representadas na mesma, designadamente, fazer o seguimento da elaboração do plano, validando os diagnósticos e as propostas formuladas pelo Consultor e conciliando os vários interesses em presença.

### Artigo 8º

#### **Entrada em vigor**

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, do dia 7 de novembro de 2025. — O Primeiro-Ministro,  
*José Ulisses de Pina Correia e Silva.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Portaria n.º 41/2025 de 28 de novembro

**Sumário:** Aprova e Institui a Criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo.

O Programa do VIII Governo Constitucional da República de Cabo Verde consagra a criação e implementação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo, enquanto mecanismo central de diagnóstico, acompanhamento e melhoria contínua da qualidade do ensino, refletindo o compromisso do Governo com uma educação de excelência, equitativa e baseada em evidências. Este compromisso político traduz a prioridade atribuída à construção de um sistema educativo mais transparente, inclusivo e sustentado em evidências, assumindo de forma inequívoca que a qualidade do sistema educativo constitui um fator determinante para o desenvolvimento social, económico e cultural do país.

Nesse sentido, desde 2017, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Educação, tem vindo a implementar uma reforma educativa abrangente, centrada na qualidade, inclusão e inovação, com destaque para a revisão curricular, a valorização da carreira docente e a modernização da gestão escolar. Em particular, a reforma curricular do ensino básico e do ensino secundário, aprovada pelos Decretos-Leis n.º 27/2022 e 28/2022, ambos de 12 de julho, assim como o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens, instituído pelos Decretos-Leis n.º 29/2022 e 30/2022, também de 12 de julho, que regulam os processos de avaliação interna e externa no ensino, estabelecem as bases para uma abordagem sistemática e abrangente do funcionamento das escolas, revelando-se essencial para identificar boas práticas pedagógicas, corrigir assimetrias e promover a equidade no acesso a uma educação de qualidade. Tudo isto enquadra-se na perspetiva da concretização da ambição de convergência com os níveis de qualidade dos países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), garantindo resultados que permitam a comparabilidade interna, entre escolas e regiões pedagógicas, e também a nível internacional.

Por conseguinte, a reforma do sistema educativo cabo-verdiano tem sido orientada por uma visão estratégica ambiciosa, que visa uma transformação profunda e sustentável da educação nacional, com metas paradigmáticas claramente definidas e assumidas, estabelecendo marcos sólidos e indicadores de resultados mensuráveis e transparentes, com foco na:

- **Equidade e inclusão**, visando garantir acesso universal à educação básica e secundária.
- **Qualidade pedagógica**, com foco na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.
- **Valorização do capital humano**, através da formação contínua de professores e técnicos.

- **Modernização da gestão escolar**, com uso de tecnologias e descentralização administrativa.

A reforma educativa cabo-verdiana parte de uma abordagem holística e sistêmica, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 — Educação de Qualidade, mas sobretudo propugnando a realização progressiva da convergência curricular e do perfil de resultados educacionais com os altos padrões da OCDE, com base estruturante na:

- **Revisão curricular nacional:** A reforma curricular atingiu a sua fase final em 2025, abrangendo do 1.º ano do ensino básico ao 12.º ano do ensino secundário, com a introdução de novos programas que reforçam as competências linguísticas, digitais e científicas dos alunos, bem como a elaboração e distribuição de manuais escolares e outros recursos didáticos, em versões impressa e digital, para todos os anos de escolaridade.
- **Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR):** Aprovado pela Lei n.º 46/X/2025, que estabelece o novo Estatuto do Pessoal Docente, integrando-o no regime especial da Administração Pública e definindo, de forma transparente e justa, a evolução na carreira, valorizando a profissão tanto do ponto de vista do reconhecimento social como, sobretudo, da remuneração.
- **Investimentos em infraestrutura e tecnologia:** O Governo tem priorizado a reabilitação das escolas, a expansão da rede de ensino técnico e profissional, a instalação de laboratórios tecnológicos nas escolas secundárias, o alargamento do acesso à internet e a integração de ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem, como forma de promover a modernização do sistema educativo, reduzir desigualdades, melhorar a qualidade do ensino e preparar os alunos para os desafios da sociedade do conhecimento e da economia digital.
- **Fortalecimento da Inspeção Geral da Educação (IGE) e da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES):** A IGE tem desempenhado um papel crucial na melhoria da supervisão preventiva e inspetiva do funcionamento das escolas básicas e secundárias, assegurando o cumprimento das normas pedagógicas e administrativas, bem como promovendo a qualidade e a equidade no sistema educativo. Por sua vez, a ARES tem assumido um papel central na avaliação institucional das universidades e na garantia da qualidade do ensino superior, através da acreditação de cursos, monitorização de padrões académicos e promoção da melhoria contínua. Além disso, ambas as entidades contribuem para a transparência, a responsabilização e a confiança pública nas instituições de ensino, reforçando a governança e a credibilidade do sistema educativo nacional.

- **Compromisso político com a educação:** O Ministério da Educação reafirma, em linha com o Programa do Governo, que a educação é prioridade nacional, pilar do desenvolvimento inclusivo e sustentável, com investimentos estratégicos para garantir qualidade, equidade e inovação.

Este processo transformador do sistema de ensino reflete o compromisso do Estado com uma educação de excelência, inclusiva e promotora de cidadania ativa. A reforma do sistema educativo cabo-verdiano representa um esforço contínuo para consolidar os ganhos alcançados e enfrentar desafios persistentes, como a redução da taxa de abandono escolar, a melhoria dos resultados das aprendizagens, a promoção da literacia digital e o fortalecimento da articulação entre educação e mercado de trabalho. Além disso, procura garantir a formação integral dos alunos, fomentar a inovação pedagógica, valorizar a carreira docente e assegurar que o sistema educativo responda às exigências da sociedade do conhecimento e da competitividade global.

Neste constructo, a criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo (BNSE) insere-se, assim, na perspetiva mais ambiciosa de estruturação de um modelo de integração sistemática dos indicadores de resultados abrangentes, que permita avaliar permanentemente as políticas educativas conforme decorre das Bases do Sistema Educativo, aprovadas pelo Decreto-Legislativo n.º 13/2018, de 7 de dezembro, que propugnam no seu artigo 81º, nº 1, que “*incumbe ao Governo elaborar, coordenar, executar e avaliar a política educativa nacional*”.

Assim, em conformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Ministério da Educação considera prioritária a criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo, como componente operacional para a construção de métricas baseadas nos resultados abrangentes da avaliação das aprendizagens, da docência e das demais dimensões inerentes à gestão integral das escolas e do sistema de ensino. Este instrumento permitirá a comparabilidade entre escolas a nível nacional, reforçando a transparência e a tomada de decisões informadas. Paralelamente, deverão ser iniciados os preparativos para criar as condições institucionais necessárias à realização da avaliação PISA (Programa Internacional de Avaliação das Aprendizagens), garantindo a dimensão externa da comparabilidade do sistema educativo cabo-verdiano com os padrões internacionais.

Ou seja, pretende-se com a institucionalização do BNSE institucionalizar um modelo que de avaliação sistemática para se aferir, redefinir e realinhar as medidas de política educativa para o alcance continuado do objetivo da qualidade integral do sistema de ensino e que permita adoção de medidas de correção de assimetrias, disparidades e desvios negativos de resultados das aprendizagens, fomentar a coesão territorial do sistema educativo e realizar a convergência dos indicadores educativos nacionais, ao mesmo tempo que se disponibilize inputs para a elaboração do ranking nacional das escolas pelas entidades, públicas e privadas, que tenham interesse neste domínio.

Neste sentido, o Barómetro Nacional do Sistema Educativo representa não apenas um instrumento técnico de medição, mas também um símbolo do compromisso político com uma educação de qualidade, transparente e orientada por evidências, pois este instrumento permitirá medir, de forma integrada, o desempenho e a qualidade global das instituições de ensino nacionais, não apenas através dos resultados académicos, mas também considerando outros fatores estruturantes que influenciam o processo educativo.

Outrossim, a implementação do BNSE permitirá consolidar os ganhos das reformas educativas, identificar áreas de melhoria e garantir que nenhuma criança ou jovem cabo-verdiano fique para trás no acesso a uma educação transformadora.

Assim, considerando,

1. Que a qualidade do sistema educativo é um fator determinante para o desenvolvimento social, económico e cultural do país;
2. Que o Programa do VIII Governo Constitucional consagra a criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo como mecanismo central de diagnóstico, acompanhamento e melhoria contínua da qualidade do ensino;
3. Que o Decreto-Legislativo n.º 13/2018 reforça os princípios da universalização, equidade e qualidade da educação;

Ao abrigo do disposto no número 1, do artigo 81º, do Decreto-Legislativo n.º 13/2018, de 7 de dezembro, que aprova as Bases do Sistema Educativo Nacional, em cumprimento das atribuições definidas pelo nº1, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº71/2021, de 18 de outubro, que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Educação; e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264.º da Constituição;

Manda o Governo, pelo membro do Governo responsável pela área da Educação, o seguinte:

#### Artigo 1.º

#### **Criação do Barómetro Nacional do Sistema Educativo**

É aprovado e instituído o Barómetro Nacional do Sistema Educativo (BNSE), instrumento estratégico de avaliação e monitoramento da qualidade do ensino em Cabo Verde, com base em evidências e indicadores multidimensionais.

## Artigo 2.º

### Objetivos do Barómetro

O Barómetro visa:

1. Estabelecer um referencial comparativo de qualidade integral do ensino;
2. Identificar disparidades e fragilidades no sistema educativo;
3. Promover transparência e responsabilização na gestão escolar;
4. Apoiar a formulação de políticas educativas baseadas em dados objetivos;
5. Disponibilizar dados para a elaboração do “*ranking nacional das escolas*” por entidades públicas e privadas devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação.

## Artigo 3.º

### Indicadores de Avaliação

O Barómetro será construído com base nos seguintes indicadores:

- Resultados de avaliações internas e provas nacionais;
- Nível de formação e qualificação dos docentes;
- Qualidade das infraestruturas e recursos didáticos;
- Acesso às tecnologias digitais;
- Organização da gestão pedagógica e administrativa;
- Participação dos pais e encarregados de educação;
- Envolvimento da comunidade local e da diáspora.

## Artigo 4.º

### Constituição da Equipa Técnica Interdepartamental

Será criada, através do Despacho do Ministro da Educação, a Equipa Técnica Interdepartamental para a Elaboração do Barómetro Nacional do Sistema Educativo, a ser composta por representantes das seguintes estruturas:

- Direção Nacional de Educação (DNE);
- Serviço de Estatística, Planeamento e Cooperação da Direção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (SEPC/DGPOG);
- Direção-Geral de Comunicação, Tecnologias e Multimédia (DGCTM);
- Inspeção-Geral da Educação (IGE).

## Artigo 5.º

### **Competências da Equipe Técnica**

A Equipe Técnica tem como missão:

- Coordenar e supervisionar o processo de concepção e implementação do Barômetro;
- Garantir a articulação institucional entre os serviços do Ministério da Educação;
- Validar metodologias e resultados produzidos;
- Acompanhar a assistência técnica especializada contratada para o efeito.

## Artigo 6.º

### **Regime de Funcionamento**

A Equipe Técnica funcionará sob coordenação da Direção Nacional de Educação, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário. O seu funcionamento será regulado por despacho interno da Direção Nacional de Educação.

## Artigo 7.º

### **Entrada em Vigor**

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete do Ministro da Educação, Praia, aos 21 de novembro de 2025. — O Ministro da Educação, *Amadeu João da Cruz*.





**I Série**  
**BOLETIM OFICIAL**  
Registo legal, nº2/2001  
de 21 de Dezembro de 2001

